



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ

GISELE ARAÚJO

**PRECARIEDADE NO ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ: O
CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ,
CAMPUS DE IVAIPORÃ**

Ivaiporã

2015

GISELE ARAÚJO

**PRECARIEDADE NO ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ: O
CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ,
CAMPUS DE IVAIPORÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Prof. Ms. Rafael da Silva

Ivaiporã
2015

GISELE ARAÚJO

**PRECARIEDADE NO ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ: O
CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ,
CAMPUS DE IVAIPORÃ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social da Universidade Estadual de
Maringá, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Ms. Rafael da Silva
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Examinadora: Profa. Ms. Maria Celeste Melo
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Examinadora: Profa. Ms. Vanessa Rombola
Machado
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Ivaiporã, ____ de _____ de 2015

DEDICATÓRIA

A Deus, por ser extremamente paciente, me guiando nas horas necessárias....

Ao meu pai, Carlos Medeiros de Araújo (in memoriam), por ter me ensinado a ser quem sou...

A minha mãe, Iricina Quezi Araujo, por ter me dado força e estar sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Orientador, Rafael da Silva, incentivador e amigo em todas as etapas deste trabalho, por todo conhecimento e experiências repassados em todas as etapas de minha graduação.

A minha família, pela confiança e motivação, por serem esteio nas horas difíceis e ombro amigo nas horas de aflição.

Aos amigos e colegas, pela força e pela vibração em relação a esta jornada, pelo companheirismo, pelos sorrisos compartilhados e as aventuras vividas.

Aos professores pelo empenho, paciência e carinho e aos colegas de Curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas.

A minha querida prima e amiga Simone Aparecida Queizi, pela ajuda no processo de reflexão do presente trabalho, pela encorajamento, paciência e apoio.

As pesquisadoras voluntárias que com trabalho árduo e boa vontade auxiliaram na pesquisa que permitiu a construção deste trabalho de conclusão de curso, Daiane Aparecida Nascimento, Giovana Lima Guidelli e Débora Figueiredo Dias.

A todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

“Se a educação sozinha não
transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

ARAUJO, Gisele. **Precariedade no Ensino superior do Paraná: O caso da Universidade Estadual de Maringá, campus de Ivaiporã**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2015. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2015.

RESUMO

O trabalho busca trazer a tona a precarização do Ensino Superior Público, utilizando como objeto de estudo o Campus da Universidade Estadual de Maringá localizado no município de Ivaiporã. Por meio de discussão teórica busca-se fazer a gênese do ensino superior no Brasil, passando pelo surgimento do ensino superior no Paraná e por fim o surgimento da Universidade Estadual de Maringá e também a implantação do campus da UEM em Ivaiporã. Com o intuito de avaliar os serviços oferecidos pela universidade no campus regional de Ivaiporã viabilizou-se o presente estudo, que por meio de pesquisa de campo com alunos da instituição buscou construir um retrato da atual situação do campus.

Palavras-chave: Ensino Superior. UEM. Política de Ensino. Precarização.

ARAUJO, Gisele. **Precariedade no Ensino superior do Paraná: O caso da Universidade Estadual de Maringá, campus de Ivaiporã.** Trabalho de Conclusão de Curso. 2015. 67 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2015.

ABSTRACT

The aim of this work is to bring noticeable the precariousness of the Higher Public Education, by using this as an argument of study the campus of the State University of Maringa located in the city of Ivaiporã. Through a theoretical discussion, it pursues to make the beginning of higher education in Brazil, by looking at the rise of higher education in Paraná, the emergence of Maringá State University and also the opening of an EMU campus in Ivaiporã. Therefore in order to evaluate the services offered by the university in the regional campus Ivaiporã will be assessed in this study, across field research within the institution's students, who tried to build a picture of the current situation of campus.

Key Words: *Higher education. EMU. Education policy. Precariousness.*

LISTA DE TABELAS

TABELA 01- amostragem de alunos participantes por curso.....	39
TABELA 02 - Avaliação de Oportunidades de Iniciação Científica Ofertada aos Alunos por Curso.....	41
TABELA 03 - Condições Existentes para o Desenvolvimento da Pesquisa na UEM – Campus de Ivaiporã.....	42
TABELA 04 – Avaliação dos Cursos Oferecidos Dividida por Amostra de Curso.....	44
TABELA 05 - Quantidade de Professores X Curso.....	45
TABELA 06 – Atendimento e Orientação Acadêmica.....	47
TABELA 07 – Relação de Oportunidade de Estágio X Curso.....	48
TABELA 08 – Estrutura Além da Sala de Aula.....	49
TABELA 09 – Atendimento Administrativo ao Aluno.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01- Importância dada a Pesquisa na Universidade Em %	40
GRÁFICO 02 - Oportunidade de Iniciação Científica Oferecida pela Universidade Expressa em %.....	40
GRÁFICO 03 - Importância dada à Extensão - Escala de 10 Pontos.....	43
GRÁFICO 04 - Avaliação dos Cursos Ofertados.....	43
GRÁFICO 05 - Avaliação da Preparação de Aulas - Escala de 10 Pontos	45
GRÁFICO 06 - Avaliação Oportunidades de Estágio Oferecidas	47
GRÁFICO 07 - Avaliação de Qualidade Biblioteca.....	48
GRÁFICO 08 - Apoio a Participação de Eventos.....	49
GRÁFICO 09 - Eventos Promovidos pela UEM.....	50
GRÁFICO 10 - Avaliação Da Quantidade De Servidores Disponíveis (Segurança, Serviços Gerais, Administrativos, e Etc.)	50
GRÁFICO 11 – Apoio da Administração Central.....	51
GRÁFICO 12 – Qualidade Salas de Aula do Campus da UEM em Ivaiporã	52
GRÁFICO 13 – Avaliação de qualidade Da Cantina.....	52
GRÁFICO 14 – Qualidade das Acomodações da Biblioteca.....	53
GRÁFICO 15 – Qualidade das Áreas de Convívio Comum.....	53
GRÁFICO 16 – Qualidade da Estrutura de Estacionamento do Campus da UEM em Ivaiporã.....	54
GRÁFICO 17 – Qualidade dos Sanitários.....	54
GRÁFICO 18 - Condições de Acessibilidade do Campus da UEM em Ivaiporã.....	54
GRÁFICO 19 - Qualidade do Laboratório de Informática.....	55
GRÁFICO 20 – Qualidade da Sala de Vídeo.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2. CAPITULO I - CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E PARANÁ	14
2.1 Ensino Superior No Brasil	14
2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Estrutura do Ensino Superior no Brasil	20
2.3 Ensino Superior no Paraná	24
3 .CAPITULO II - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ E O CAMPUS DE IVAIPORÃ	28
3.1 Universidade Estadual de Maringá - UEM	28
3.2 Universidade Estadual de Maringá - Campus de Ivaiporã	32
4. CAPITULO III - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CAMPUS DE IVAIPORÃ: PESQUISA DE QUALIDADE EM ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, ORGANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA	38
4.1 Campus Regional da UEM em Ivaiporã	38
5. CONCLUSÃO	57
6. REFERÊNCIAS:	5959
7. APÊNDICE	6464
7.1 QUESTIONÁRIO DE PESQUISA AMOSTRAL.....	6464
7.2 TERMO DE CONSENTIMENTO.....	6767

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema da pesquisa ocorreu por conta da necessidade de construir um panorama da realidade do campus da UEM no município de Ivaiporã, o campus foi implantado no ano de 2010, nas dependências do Colégio Estadual Barão de Cerro Azul, onde ainda no ano de 2016 continua com as suas atividades.

Diante desse quadro de imprevisto que perdura até os dias de hoje, a reflexão sobre o tema busca averiguar a execução da política de ensino superior desenvolvida pelo Governo Estadual no município de Ivaiporã.

Não basta haver a oferta do ensino superior, é necessário que este seja ofertado com qualidade, para que além de profissionais portadores de diplomas, sejam formados também profissionais críticos, que além de diplomas carreguem também uma carga teórica que os possibilitem atuar em sua área de conhecimento.

Levando em consideração à importância do ensino superior para a formação do cidadão brasileiro, pensemos também a importância que o campus da UEM representa para a região. A oferta de ensino superior gratuito na região do vale do Ivaí, que atualmente, segundo dados da AMUVI (Associação dos Municípios do Vale do Ivaí), e do IAPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), é composta por 26 municípios e aproximadamente 336.520 habitantes na região que tem a oportunidade de ingressar em uma universidade pública estadual.

Com o objetivo de construir um quadro que demonstre a realidade do campus da UEM em Ivaiporã foi desenvolvida uma pesquisa de campo amostral com a participação de 103 alunos dos cursos de Educação Física, História e Serviço Social, onde através de aplicação de um questionário contendo 60 perguntas fechadas com o intuito de avaliar questões sobre o ensino, pesquisa, extensão, estrutura administrativa e infraestrutura.

A seleção dos alunos foi feita por meio de sorteio onde, com base em listas oficiais fornecidas pela administração da UEM Campus de Ivaiporã, os alunos de cada curso foram numerados, de acordo com a divisão em turmas. Após a numeração dos alunos foi feito o sorteio dos números referentes a cada aluno, conforme a amostra definida.

A amostra foi definida obedecendo a representatividade dos cursos na composição da população acadêmica total do CRV, bem como, essa

representatividade alcançou o nível das turmas. Assim, obteve-se uma amostra estratificada probabilística, com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro, de variação dos resultados, de 7,5%. A opção por uma margem de erro elástica se deu pelo fato que, margem de erro menor implica em amostra maior, demandando mais recursos financeiros, tempo e uma logística mais sofisticada, algo inviável para um trabalho que não dispõe de financiamento, contando apenas com o empenho da pesquisadora.

Com as amostras definidas e de posse de uma lista oficial de alunos fornecida pela universidade, os alunos foram enumerados de acordo com a série e o curso o qual se encontram matriculados. Após a enumeração dos alunos foram impressos os números correspondentes a cada aluno. Os números foram misturados e sorteados de forma aleatória, conforme cada amostra definida. Foi sorteada também uma lista de espera correspondente a 50% da amostra definida anteriormente. Os alunos sorteados foram abordados por pesquisadoras voluntárias, que aplicaram o questionário juntamente com o termo de consentimento. Na impossibilidade do aluno da lista oficial responder o questionário foram abordados os alunos da lista de espera, com o findar de tal lista foram selecionados alunos que se dispuseram, de forma voluntária, a participar da pesquisa.

O primeiro capítulo busca, fundamentado em pesquisa bibliográfica, elucidar questões referentes ao Ensino Superior no Brasil e também sobre o Ensino Superior no Paraná, desde o seu surgimento até os dias atuais.

No segundo capítulo, discute-se o surgimento da Universidade Estadual de Maringá e também o surgimento do campus de Ivaiporã, até os dias atuais.

No terceiro capítulo é realizada a apresentação dos resultados da pesquisa realizada aliadas a discussões teóricas.

E, por fim, são apresentadas as considerações finais do pesquisador, diante das discussões teóricas e da pesquisa científica realizada.

CAPITULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NO PARANÁ

2.1 Ensino Superior No Brasil

Estudar o processo de construção de uma política é tão importante quanto à situação que a referida política se encontra nos dias de hoje. Portanto, refazer os caminhos que o Ensino Superior trilhou até os dias atuais, trazendo a tona todo um contexto no qual foi construída a história desta política. Pensar o passado não é apenas lembrar o que já foi vivido, mas sim entender que é no passado que estão fixadas as raízes do presente e é a partir dessas raízes que se constrói um futuro, portanto, é importante estabelecermos relações no contexto histórico geral, observando a sincronia entre as crises na educação e nas crises do sistema. (ARANHA, 1989)

Refletir sobre os caminhos trilhados pela educação brasileira até os dias atuais, se faz necessário, para que se compreenda o contexto no qual o ensino superior nasceu, cresceu e amadureceu, chegando aos dias atuais.

O surgimento e a implantação dos cursos superiores no Brasil se deram de forma lenta, através do surgimento de cursos isolados em várias áreas.

As primeiras faculdades implantadas no Brasil datam de 1827 e os primeiros cursos criados foram Medicina e Direito, em faculdades independentes, localizadas em São Paulo e Olinda. Os cursos criados tinham uma orientação profissional bastante elitista, voltado a atender uma parcela mais abastada da população, onde o padrão de ensino aplicado era voltado mais para o ensino do que para a pesquisa, assim o ensino não se integrava a sociedade em que estava inserido. (OLIVEN, 2002).

Segundo Teixeira apud Oliven (2002), quase um século após a proclamação da independência do Brasil que foi criada a primeira universidade brasileira, Assim, Oliven, (2002) aponta que:

A primeira universidade brasileira foi criada em 1920, data próxima das comemorações do Centenário da Independência (1922). Resultado do Decreto nº 14.343, a Universidade do Rio de Janeiro reunia, administrativamente, Faculdades profissionais pré-existentes sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades. (OLIVEN, 2002, p. 26)

Na era Vargas, período de 1930 a 1945, surge pela primeira vez no Brasil, uma ação planejada tendo em vista à organização nacional da educação, foi neste período que se criou o Ministério da Educação e Saúde (1930), o Conselho Federal de Educação, o ensino secundário e o comercial, destinando-se parte da arrecadação dos impostos ao financiamento da educação, mas só em 1931 foi promulgado um decreto que criou o estatuto das universidades brasileiras, sendo este o decreto nº. 19.851 de 1931, que vigorou até 1961. (FIGUEIREDO, 2005)

Esse decreto de 1931 recebeu a denominação de reforma Francisco Campos e foi a primeira grande estruturação do sistema universitário brasileiro. Somente em 1961 foram estabelecidas as diretrizes e bases da educação brasileira, com a sanção da lei de nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, onde o ensino superior é objeto em seu artigo 66, trazendo o seguinte texto: “O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário” (SHEEN, 2001)

Um fato importante para o ensino superior e que antecede o período militar, foi à criação da Universidade de Brasília (UnB) em 1961, ano da sua autorização através da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. A criação da UnB (Universidade de Brasília) foi o que, em certa medida, motivou a reforma universitária feita já no período militar. Sua fundação foi feita sobre a promessa de reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país. Foi projetada a partir de uma matriz desenvolvimentista, com uma estrutura integrada, flexível, dinâmica e moderna, ela se contrapôs ao modelo de universidade segmentada pela justaposição de vários cursos, a sua estrutura e sua concepção foi definida pelo Plano Orientador¹, datada de 1962 que ainda encontra-se em vigor nos dias atuais. Esse plano é tido como uma carta magna e foi à primeira publicação da Editora UnB, mostrando o espírito inovador da instituição. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2014)

Entre 1964 a 1985, com a tomada do poder pelos militares, as universidades se tornaram alvos do governo federal, que, na tentativa de coibir atividades

¹ O Plano Orientador de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e o início da Universidade de Brasília 1962. Link: http://www.pdi.uff.br//images/pdf/multimidia-apresentacoes/PLANO_ORIENTADOR_UNB.pdf

acadêmicas de caráter “subversivo”² de professores e alunos, as forças militares intervieram com um conjunto de medidas, onde afastou professores e também criou Assessorias de Informação numa tentativa de evitar que a comunidade acadêmica se voltasse contra o regime militar.

Após longos anos de debate interno, em 1968 o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68) que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações.

Esta Lei foi constituída a partir de um grupo de trabalho, cuja missão, segundo Fávero (2006, p. 32, 33) era "estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País".

O objetivo deste grupo de trabalho não era fazer uma reforma universitária, mas sim conduzi-la em duplo aspecto, onde de um lado eliminava-se pontos de estrangulamento que travavam a dinâmica universitária, e, de outro, proporcionar meios que possibilitassem a conciliação entre o ensino de massa, de objetivos práticos e imediatos, e a missão permanente da Universidade, a de constituir-se o centro criador de ciência e a expressão mais alta da cultura de um povo, foi a partir desse grupo de estudos que se deu a criação e implementação da Lei nº 5540/68 que entrou em vigor no governo de Costa e Silva, sob a gestão de Tarso Dutra no Ministério da Educação, e, foi esta Lei que estabeleceu as normas para a organização e funcionamento do ensino superior no Brasil, segundo Lira (2012):

A Lei extinguiu a cátedra, introduziu o regime de tempo integral e dedicação exclusiva aos professores, consolidou a estrutura departamental, dividiu o curso de graduação em duas partes, ciclo básico e ciclo profissional, criou o sistema de créditos por disciplinas, instituiu a periodicidade semestral. As entidades privadas foram reconhecidas como entidades assistidas pelo poder público e foram suprimidas definitivamente as verbas orçamentárias vinculadas. (LIRA, 2012, p. 01)

A expansão do ensino superior no Brasil trazia consigo uma alta demanda e uma oferta reduzida. Dessa forma, o Estado, buscando o desenvolvimento nacional, possibilitaria a reforma universitária, enxergando a educação como o único caminho

² Segundo a definição do dicionário: Que subverte; que tende a subverter; Que ou quem pretende perturbar ou alterar a ordem estabelecida; Que ou quem contraria as ideias ou opiniões da maioria.

disponível para a classe média conquistassem melhores postos de trabalho e também para que as empresas pudessem preencher seus quadros de trabalho com pessoal qualificado. Assim, segundo Paim (2005, p. 124) “a crise educacional brasileira que está vinculada ao aumento da demanda social de educação, agregada a dois fatores: a aceleração da industrialização e a deteriorização dos mecanismos tradicionais de ascensão da classe média”.

Uma das soluções alcançadas para a crise universitária foi à profissionalização do ensino de segundo grau, o que acarretava na canalização dos jovens para o mercado de trabalho de forma imediata, a outra medida encontrada foi à abertura do ensino à iniciativa privada. Essa do setor de ensino a iniciativa privada acarretou uma participação cada vez mais crescente deste setor na oferta dos serviços educacionais, inclusive no ensino superior nos níveis de graduação e pós-graduação. (LIRA, 2012)

Segundo Fernandes (1975) apud Queiroz (1975) os governos autoritários tem como tendência diluir e até mesmo anular a função crítica das universidades. Nas sociedades subdesenvolvidas o poder está nas mãos de uma minoria, desta forma a função crítica da universidade torna-se perigosa, pois colocam em duvida as estruturas do regime político vigente.

O resultado imediato da reforma universitária em 1968 foi à expansão de matrícula no ensino superior, de 278.295 estudantes para 836.469 em 1973, isto é, uma aumento de cerca de 300%, o que ocasionou uma expansão do setor privado, que desde a promulgação da Lei da Reforma Universitária tornaram-se entidades assistidas pelo poder público. Essa expansão do ensino superior ocorreu com o consentimento do governo, mas de forma desigual, onde no período de 1968 para 1973 houve uma expansão do ensino particular de cerca de 410% contra 210% do ensino público. (LIRA, 2012)

Segundo Oliven (2002):

no ano de 1980, mais da metade dos alunos de terceiro grau estava matriculada em estabelecimentos isolados de ensino superior, sendo 86% em faculdades privadas. No ano de 1981, o Brasil contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos. Nesse mesmo ano, o número de estabelecimentos isolados de ensino superior excedia a oitocentos, duzentos e cinquenta dos quais com menos de 300 alunos. As novas faculdades isoladas não eram lócus de atividades de pesquisa, dedicando-se, exclusivamente, ao ensino. (OLIVEN, 2002, p. 34)

A partir da década de 1980 houve uma alteração no modelo padrão de ensino superior no Brasil, essa alteração tem origem na distinção entre universidades de pesquisa e universidades de ensino introduzida em 1986 pelo GERES (Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior) criado pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel. (SAVIANI, 2010)

Em 19 agosto de 1997 passou a vigorar o Decreto nº 2.306 que regulamentou o Sistema Federal de Educação, normatizando as atribuições das instituições superiores privadas de ensino. Segundo Chaves et al (2006, p. 5) passou a admitir de forma definitiva as instituições com fins lucrativos e também estabeleceu a diversificação das instituições nas seguintes categorias: “I - Universidades; II – Centros Universitários; III - Faculdades Integradas; IV - Faculdades; e V - Institutos Superiores ou Escolas Superiores”.

A constituição federal de 1988 trouxe várias mudanças em relação ao ensino superior, segundo Saviani (2004, p. 50):

A Constituição de 1988 incorporou várias das reivindicações relativas ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único. Nesse contexto a demanda dos dirigentes de instituições de ensino superior públicas e de seu corpo docente encaminhou-se na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e, da parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que se passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas. (SAVIANI, 2004, p. 50)

A educação é um direito de todos, garantido na Constituição Federal de 1988, que traz em seu Art. 6º a Educação como um direito social fundamental, juntamente com a saúde, o trabalho, a moradia, lazer, segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. (BRASIL, 1988)

No artigo 207 da carta constitucional reafirmou-se a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades. O referido parágrafo encontra-se redigido nos seguintes termos: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

A indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão, busca uma aproximação entre a universidade e sociedade, nesse sentido Moita e Andrade (2009) apud Rosario et al (2013) disserta:

[...] a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. (MOITA E ANDRADE 2009 apud ROSARIO et al 2013, p.3)

A universidade pensada a partir do prisma Ensino, Pesquisa e Extensão permite a substituição da unilateralidade pela interatividade do conhecimento, assim possibilitando o diálogo entre universidade e sociedade, diminuindo a distância entre eles, favorecendo e promovendo benefícios a comunidade receptora.

O tema educação é regido entre os artigos 205 a 214, sendo a política de financiamento objeto entre os artigos 212 a 214.

O Art. 212 da atual Carta Constitucional traz o seguinte texto:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Cezne (2006) considera um avanço a definição do direito à educação como um direito constitucional fundamental. A educação é tratada como um serviço de caráter público, de dever do estado e direito de todos, e o acesso a esse direito como fundamental na construção da cidadania. Acerca disso Cezne (2006) disserta:

Não se pode tratar do direito à educação desvinculado dos fundamentos da República brasileira, previstos no art. 1º, e dos objetivos fundamentais previstos no art. 3º da Carta Constitucional. No art. 1º, prevê-se como um dos fundamentos, no inciso II, a cidadania, e no inciso III, a dignidade da pessoa humana, e a educação constitui-se sem sombra de dúvida em uma necessidade para a efetiva aplicação desses fundamentos, pois somente através dela pode-se construir cidadania em seu pleno sentido, como também a dignidade da pessoa humana exige a implementação do acesso à educação para sua concretização. (CEZNE, 2006, p.1)

Após a promulgação da constituição Federal de 1988 iniciou-se os debates em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta lei esta que no ano de 1996 sob o numero 9.394/96, e visa regulamentar a educação brasileira, no

sistema público ou privado, em todos os seus níveis, ou seja, da educação básica ao ensino superior.

2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Estrutura do Ensino Superior no Brasil

A lei nº 9.394/96, conhecida como LDB ou LDBEN, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional baseando-se no disposto no art. 22 da constituição federal parágrafo XXIV, reafirma a atribuição da União em legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. (CURY, 1997)

A nova LDB vem como uma lei descentralizadora. A palavra de ordem é flexibilidade, trazendo aos entes federados uma maior clareza em suas atribuições no que tange as suas obrigações com a educação escolar. Essa flexibilidade não é ilimitada, afinal, uma lei tem o papel de estabelecer limites que permitam e possibilitem uma atuação mais livre dos órgãos normativos dos sistemas estaduais.

Assim, diante da nova LDB, a união tem um papel, como citado anteriormente por Cury (1997, p. 7) “redistributivo, coordenador e articulador” para com os demais entes federados. Dessa forma, a união oferece uma certa autonomia aos dirigentes, aos órgãos colegiados, dos conselhos e dos estabelecimentos de ensino, porém, essa autonomia é regulada pela união.

Outro eixo importante da LDB está no seu art. 8º § 1º, onde prevê que: “Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.” Sendo assim, segundo o disposto na Lei, é de responsabilidade da União a coordenação desta política, trabalhando de forma a orientar a execução desta política.

Em seu art. 9º a LDB estabelece que também é de responsabilidade da União o processo de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação de sistemas responsáveis, bem como também é de competência da União autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Então, a União tem seu caráter regulatório legitimado sob os parâmetros da Lei, e em seu art. 9º parágrafo VII traz como responsabilidade da União “baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;” (BRASIL, 1996)

Em um regime democrático, é importante que prevaleça a equidade dos cidadãos, assim a efetivação de direitos é uma prerrogativa para a garantia de igualdade. Portanto, quando se fala em educação, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205 assegura:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988)

Assim, tal como dispõe a constituição federal, a LDB também garante tais princípios constitucionais, pois seu artigo 2º também endossa-o trazendo a seguinte afirmação “[...] tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996)

Refletindo tanto em face do direito constitucional a educação, quanto pautado no disposto na Lei 9394/1996, pode-se afirmar que a política nacional de educação tem como objetivo a educação para a cidadania e a garantia de direitos baseada em princípios democráticos.

Segundo Cury (1997) a LDB caracteriza a educação como produto, reafirmando a noção de qualidade e excelência deste produto. O cidadão é o consumidor final deste produto, de forma que é chamado a fiscalizá-lo. A luta pela garantia da qualidade deste serviço não deve ser apenas de responsabilidade do Estado, mas também é de responsabilidade do cidadão, que é contribuinte e, portanto, cofinanciador desta política.

O financiamento da educação de ensino superior no Brasil provém de recursos públicos, para manutenção das instituições de ensino superior vinculadas aos governos federal, estadual e municipal, onde o ensino é ofertado de forma gratuita, e, também, as Instituições de Ensino Superior particulares, que são mantidas e administradas por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem finalidade de lucro. Segundo a, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9.394/1.996, em seu artigo 20, as instituições de ensino superiores de categoria administrativa, privadas, serão subdivididas em:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei. (BRASIL, 1996)

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2015) as instituições de ensino superior, sendo elas públicas ou privadas, são dispostas na seguinte organização acadêmica:

Faculdade - categoria que inclui institutos e organizações equiparadas, nos termos do Decreto nº 5.773, de 2006;

Centro universitário - dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral;

Universidade - dotada de autonomia na sede, pode criar campus fora de sede no âmbito do Estado e está obrigada a manter um terço de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em tempo integral;

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia para efeitos regulatórios, equipara-se a universidade tecnológica;

Centro Federal de Educação Tecnológica - para efeitos regulatórios, equipara-se a centro universitário. (BRASIL/MRE, 2015)

A Portaria CNE/CP nº 10, de 6 de agosto de 2009, no novo PNE (Plano Nacional de Educação) o ensino superior é construído dentro de uma correlação de forças entre o setor público e privado, conflito esse que é uma marca na educação brasileira, dentro dessa correlação de forças o desafio é enfrentar e trabalhar as contradições advindas da coexistência de um sistema educacional que possui dois perfis, um de caráter público e outro de caráter privado, num campo de conflitos e de posturas político-educacionais diferentes. Assim, a portaria CNE/CP nº 10, de 6 de agosto de 2009, que traz as diretrizes básicas para o PNE que tem validade de 2011 a 2020, traz a seguinte citação:

educação entendida como *Direito* de todos, alicerçada na ética e nos valores da solidariedade, liberdade, justiça social e sustentabilidade, cuja finalidade é o pleno desenvolvimento, nas dimensões pessoais e sociais, de cidadãos críticos e compromissados com a transformação social. (BRASIL, 2009)

A partir dessa delimitação, a educação é entendida como direito, assim não é possível que a sociedade compreenda a educação, que, conforme disposto na citação acima, é um direito de todos, como uma mercadoria a ser comercializada pelo mercado, visando apenas o lucro de grandes grupos e empresas.

Segundo Sheen (2001, p. 53), onde faz uma citação a Darcy Ribeiro (1978) sobre os dilemas e funções das Universidades, Darcy afirma que:

“umas das funções primordiais da universidade é dominar a ciência de seu tempo, formando o maior número possível de cidadãos que irão herdar os patrimônios artísticos, literário e intelectual da humanidade, também é papel da universidade travar uma luta com o atraso dedicando-se ao cultivo da ciência no mais alto nível possível, e também ministrar o ensino profissional da melhor qualidade possível.” (SHEEN, 2001, p.53)

O ensino superior no Brasil, desde suas origens até os dias atuais passou por várias transformações em seu processo de evolução e amadurecimento, sempre buscando ajustar a educação às necessidades do desenvolvimento econômico e social do país. Dentro deste contexto que essa política cresceu e ampliou-se, passando pela influência de um projeto de uma reforma universitária, da criação das universidades brasileiras, pela evolução constitucional e a criação de uma Lei de diretrizes e bases da educação nacional, buscando a democratização do ensino visando o pleno desenvolvimento da pessoa.

Foi nesse processo de constante evolução que nasceu o ensino superior no Paraná. Na década de 1960, como meta do programa de governo de Pimentel, em busca da implantação de uma infraestrutura básica e ao mesmo tempo estimulando à diversificação agrícola e à industrialização (SCHMIDT, 1998 apud LUPORINI, 2008).

Incorporados ao projeto desenvolvimentista do estado paranaense de Paulo Pimentel também estavam os itens educação, saúde, habitação e saneamento, enquanto aspectos sociais, incorporavam-se também a esse projeto a educação superior. Apesar de não ser prioridade, o ensino superior veio para sanar a necessidade de recursos humanos qualificados. Dentro deste contexto de crescimento que se configura o processo de implantação e desenvolvimento do sistema de ensino superior no Paraná. (LUPORINI, 2008).

2.3 Ensino Superior no Paraná

Desde a proclamação de a primeira Constituição Federal que data de 1891 o ensino superior é mantido como atribuição do Poder Central, mas de 1889 até a Revolução de 1930, a oferta do ensino superior no país sofreu várias alterações por meio da promulgação de vários dispositivos legais. Em 1911 a Reforma Rivadávia Corrêa, Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental implementada em 5 de abril de 1911 pelo decreto nº 8.659, instituiu o ensino livre, desoficializando o ensino superior no país, fator que gerou condições para o surgimento de universidades, e neste contexto as instituições deslocaram-se provisoriamente da órbita do Governo Federal para a dos Estados. (MICHELOTTO, 2006 apud FÁVERO 2006)

O Estado do Paraná, desde que adquiriu sua autonomia política em 1883 quando se desmembrou da província de São Paulo até 1930, teve pouca expressão econômica na formação econômica-social brasileira, mas as décadas seguintes colocaram o estado como afirma Scheen (2001, p. 33) como “um dos Estados integrantes do “centro dinâmico” da economia nacional.”

Com o desenvolvimento agrícola, baseado na cultura do café, em pleno desenvolvimento, possibilitou um acelerado desenvolvimento econômico do Estado, que buscava ampliação de sua economia. O surto do desenvolvimento paranaense se deu a partir da década de 1940, com a introdução da cultura cafeeira no Estado. A implantação dessa cultura no Estado do Paraná resultou na ocupação e colonização inicialmente das terras da região Norte, estendendo-se mais tarde para a região sudoeste.

A partir da década de 1950 o processo de expansão capitalista se acentua no Estado, e este processo é intensificado durante a década de 1960, quando foram implantadas medidas de expansão agrícola por meio de estímulo estatal, tanto no governo de Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965) quanto no período de governo de Paulo Cruz Pimentel (1966-1971). O projeto desenvolvimentista de governo do Pimentel fazia referência ao desenvolvimento e ampliação estrutural do Estado, bem como previa a incorporação de medidas voltadas para os setores sociais que visavam a ampliação de serviços de educação, saúde, saneamento e habitação. (SCHEEN, 2001)

Essas medidas sociais se faziam necessárias para a promoção da qualificação dos recursos humanos utilizados no processo de desenvolvimento do Estado. Nas mensagens encaminhadas por Paulo Pimentel a Assembleia Legislativa, o então governador sempre fazia menção à escassez de recursos humanos qualificados, como mostra a seguinte citação:

O Paraná está diante de um dos mais graves problemas criados em consequência do seu próprio desenvolvimento: o da formação de quadros humanos especializados, não só para o setor público como para o setor particular. A escassez de pessoal técnico em nível de empresa é quase calamitosa no Paraná. Numerosos empreendimentos deixam de ser iniciados ou não são levados avante, não por falta do fator capital, do fator matéria prima ou do fator equipamento, mas tão somente por falta do elemento humano adestrado, da mão-de-obra especializada e da gerência industrial para o trabalho operativo na empresa. (PARANÁ, 1966 p. 15 apud SHEEN, 2001, p. 38, 39)

Para Pimentel a escassez de recursos humanos era um fator decorrente do processo de modernização da economia no Estado, e para sanar esse problema que retardava o crescimento paranaense era preciso investir em estrutura e nos setores sociais, assim possibilitando a qualificação de mão de obra para o emprego no desenvolvimento econômico do Estado. (SHEEN, 2001)

A partir da década de 1930 teve início um processo de interiorização de faculdades isoladas no Paraná, esse processo só avançou a partir da década de 1950 quando foram criadas no Paraná 12 instituições de ensino superiores isoladas e na década de 1960 foram criadas mais 16 faculdades. Esse processo de expansão de instituições de ensino superior faz parte dos moldes de governo desenvolvimentista de Paulo Pimentel, mas também outras características fazem parte dessa expansão do ensino superior, como cita Sheen (2001, p. 40) “[...] tais como o privilegiamento da forma organizacional universitária e a implantação do ensino pago em universidades públicas”.

A partir da década de 1960 o Estado do Paraná começou a conviver com uma nova realidade, onde o café perdia espaço para outras culturas, tais como a soja e o trigo, que são culturas mecanizadas que requerem pouca mão de obra, fato este que

contribuiu para a saída de pequenos proprietários da zona rural para os grandes centros, principalmente no norte novo do Paraná³.

Em consequência da diminuição da oferta de emprego no campo ocorreu o êxodo desses agricultores que partiram para as cidades convertendo-se em trabalhadores assalariados. Essa população que saiu do campo viu na formação acadêmica uma saída para um futuro melhor para seus filhos. O crescente desenvolvimento do norte novo paranaense demandava mão de obra especializada, bem como o aumento da oferta de ensino superior isso seria uma realidade possível. (SHEEN, 2001)

Os principais atos do governo Paulo Pimentel no que se refere ao ensino superior no Paraná foram à criação, no fim da década de 1960, por meio da Lei nº 6.034 de 06 de Novembro de 1969, de três universidades estaduais do Paraná, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Essas universidades foram criadas como “fundações de direito público”⁴, que seguiram ofertando ensino pago até 1987, quando por meio da Lei nº 8.675 de 21 de dezembro de 1987, o então Governador Álvaro Dias decretou a gratuidade do ensino nas universidades e faculdades estaduais do Paraná. (SHEEN, 2001)

Apesar de as universidades públicas do Paraná terem surgido somente no final da década de 1960, as mobilizações em prol da criação delas datam de 1950, onde as reivindicações para a criação dessas instituições estavam associadas ao momento de desenvolvimento em que o Paraná se encontrava. Assim as propostas iniciais eram de que fossem criadas universidades regionais, como cita Sheen (2001, p. 41) “Universidade do Café, Universidade do Vale do Ivaí e Universidade do Paraná Central”. A criação das universidades no Paraná foram resultados da mobilização da classe dominante do Paraná, em prol do desenvolvimento capitalista.

De acordo com Sheen (2001), no ano de 1968 o presidente da república Costa e Silva e seu ministério vieram ao Paraná. Na ocasião os auxiliares do Governo paranaense trataram de reivindicar, junto ao ministro da educação, a implantação de universidades estaduais. No final do ano de 1968, no dia 28 de

³ Norte Novo: a área desta região vai até as barrancas do Rio Ivaí e tem como limite, a oeste a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa.

⁴ Fundações de Direito Público estão definidas segundo o código civil, Art. 41. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm

novembro, foi promulgada a Lei nº 5.540, que estimula a organização de universidades a partir de estabelecimentos de ensino superiores já reconhecidos.

A partir da promulgação dessa Lei foi possível a junção das faculdades existentes em Maringá, sendo elas a Faculdade de Ciências Econômicas de Maringá, Faculdade Estadual de Direito em Maringá e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Maringá criando assim a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

CAPITULO II

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ E O CAMPUS DE IVAIPORÃ

3.1 Universidade Estadual de Maringá - UEM

No Brasil, com exceção da Universidade de Brasília, a UnB, as universidades surgiram basicamente da mesma forma, onde, faculdades isoladas agrupando-se em determinada época deram origem às universidades, assim foi o caso da Universidade Estadual de Maringá nos fim da década de 1960. (SHEEN, 2001)

Em busca do status de município desenvolvido e prestígio político, o então deputado estadual de Maringá, Néo Alves Martins, no ano de 1959, sentiu a necessidade da criação de uma instituição de ensino superior para atender a fase de desenvolvimento do município e também pelo fato de as cidades vizinhas já contarem com escolas de nível superior.

A primeira faculdade de Maringá foi a Faculdade de Ciências Econômicas de Maringá, a FECEM, idealizada pelo Deputado Estadual Neo Alves Martins e o Bispo de Maringá Dom Jaime. Criada no dia 31 de agosto de 1959, por meio da Lei nº 4.070, teve seu funcionamento autorizado em 30 de junho de 1960, através do decreto federal nº 48.431. A FECEM só foi reconhecida em 20 de outubro de 1967, por meio do Decreto nº 61.584. O reconhecimento da FECEM é fruto do trabalho do seu então diretor José James e também graças ao esforço da comunidade universitária e não-universitária.

A segunda faculdade a ser criada em Maringá foi a faculdade de direito de Maringá, esta idealizada por Ardinial Ribas⁵, um empreendedor do ramo da telefonia e um visionário, que em busca do sonho de formar-se em direito empreendeu uma batalha para a implantação de uma faculdade de direito em Maringá. No ano de 1965 começaram os esforços para a criação da Faculdade de direito de Maringá. Os esforços partiram de um grupo informal, responsável pela elaboração do processo de criação da Faculdade, o grupo era composto por Ardinial Ribas, Lauro Eduardo

⁵ Matéria de cunho biográfico a respeito de Ardinial Ribas. Mais informações no site: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/maringa/ardinal-ribas-um-homem-polemico-9gt1jgg7ywjxl9bk8gekp6dla>

Werneck, professor da faculdade de direito de ponta grossa e por Adriano Valente, advogado de renome em Maringá.

Com o apoio do deputado Olívio Beliche, representante de Porto Amazonas, o projeto da criação da Faculdade foi elaborado e posto em tramitação, sendo votado em 21 de dezembro de 1965, aprovando a Lei nº 5.218 que cria a Faculdade Estadual de Direito em Maringá (FEDEM), que teve sua autorização de funcionamento assinada em 29 de abril de 1966 sob a Lei nº 5.304.

Com a necessidade de promover formação adequada de professores de 1º e 2º graus, para trabalhar nos estabelecimentos de ensino primário e secundário em Maringá, a criação de uma instituição de ensino superior que promovesse a formação desses profissionais tornou-se uma realidade, assim foi plantada a ideia da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Maringá. Em 24 de dezembro de 1966 o Deputado Estadual Túlio Vargas apresentou o projeto de Lei nº 5.456, que criava a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Maringá, que foi assinado pelo então Governador do Estado Paulo Pimentel.

Devido a problemas financeiros, em 1967, o então diretor Amaury Antonio Meller solicitou demissão de seu cargo de direção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Maringá ao governador Paulo Pimentel, que então nomeou o professor Flavio Pasquinelli como novo diretor. O novo diretor Pasquinelli tinha uma preferência pela área tecnológica e pretendia criar em Maringá um grande centro na área da tecnologia que depois seria transformado em universidade. Com a ajuda do prefeito de Maringá Luiz Moreira de Carvalho, organizou em 05 de maio de 1968, para o governador Paulo Pimentel, um memorial endossado pela Câmara Municipal e diversas entidades dos setores comercial, industrial, de saúde e prestadores de serviços de Maringá, mostrando as reais intenções de Pasquinelli, que tinha como intuito a criação do Instituto de Ciências.

O Instituto de Ciências Tecnológicas (ICET) seguiu atrelado a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Maringá, mas em um prédio novo que fora construído pela prefeitura para abrigar a nova instituição, para onde foi transferido o curso de Licenciatura em Ciências, os outros cursos se mantiveram no prédio do Colégio Gastão Vidigal. (SHEEN, 2001)

Em 13 de junho de 1968 o prefeito Luiz Moreira de Carvalho cria a “comissão de planejamento da Universidade de Maringá”, composta pelos professores do

ICET, Ademaro Barreiros, Oberon Floriano Dittert, José James da Silveira, Renato Bernardi, Ricarte Oliveiros de Freitas e Sebastião Rodrigues Pimentel. Em 02 de setembro de 1968 esse grupo entrega ao prefeito Luiz de carvalho o projeto de criação da Universidade. (SHEEN, 2001)

Em 31 de janeiro de 1969, Adriano Valente, entusiasta e apoiador do projeto de criação da Faculdade de Direito de Maringá, tornou-se prefeito da Cidade Maringá, e como fez anteriormente, quando apoiou a criação da Faculdade de Direito, também deu incentivos para que a ideia de fundar a Universidade em Maringá, pudesse se tornar uma realidade.

No final da década de 1960 havia três cidades se preparando para a criação de uma universidade, sendo elas Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Em 10 de maio de 1969, durante as comemorações dos 22 anos de Maringá, o então governador Paulo Pimentel, durante um discurso feito à câmara municipal declarou “A Universidade de Maringá é uma realidade” Sheen, (2001, p. 84 - 86). Em 28 de janeiro de 1970, sob a forma de fundação de direito público, pelo decreto 18.109 o Governador Paulo Pimentel cria a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A UEM foi criada no ano de 1969, pela Lei nº 6.034 de 06 de novembro de 1969, que autorizava a criação da Universidade agregando a ela as três faculdades já existentes, visto que antes da criação da Universidade Estadual de Maringá, o ensino superior era ofertado por três instituições no município, sendo elas a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, a Faculdade Estadual de Direito, e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Juntas essas três instituições ofereciam sete cursos, sendo eles Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências do 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas. (SHEEN, 2001)

A lei que criou a Universidade Estadual de Maringá também transformou a Universidade em fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM), sendo reconhecida pelo governo federal em 1976, por meio do Decreto nº 77.583, tornando-se autarquia em 1991, por meio da Lei Estadual nº 9.663.

Entre os anos de 1970 a 1977, ocorreu a ocupação gradativa do campus definitivo e a implantação de 15 cursos de graduação, sendo eles: Matemática, Química, Administração, Engenharia Química, Engenharia Civil, Estudos Sociais,

Educação Física, Pedagogia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Física, Farmácia-Bioquímica, Processamento de Dados, Zootecnia, Agronomia.

A partir de 1978 até o anos de 1988 novas necessidades da região foram identificadas, surgindo então à necessidade da criação de novos cursos que enfocavam as atividades-fim da Universidade: ensino, pesquisa, extensão, cultura e as atividades administrativas, assim sendo foram criados os cursos de Psicologia, Enfermagem, Obstetrícia, bacharelado em Química, bacharelado em Geografia, bacharelados em Física, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Medicina e Odontologia. Com a criação desses dois últimos cursos surgiu também à necessidade da criação de um complexo de saúde, formado por um hospital, uma clínica odontológica, uma unidade de psicologia aplicada e um hemocentro. Nesse mesmo período, houve a desativação das licenciaturas de curta duração existentes.

A partir de 1998 até 2000 foram implantados os cursos de Bacharelado em Informática, Arquitetura, Urbanismo, Ciências Sociais, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Estatística, Filosofia e Secretariado Executivo Trilingue. (SHEEN, 2001)

No que tange os cursos de pós-graduação lato senso, desde o início da década de 1980 até os anos 2000 foram implantados 37 cursos de especialização, já na área de stricto-sensu, no ano de 1986, foram criados os dois primeiros cursos de mestrado e nos dias de hoje já são ofertados 14 cursos nessa modalidade.

Com a intenção de ampliar os meios de divulgação de suas atividades foram implantadas em 1992 uma editora (EDUEM), em 1996 uma Livraria Universitária e a Rádio Universitária FM. (UEM, 2015).

As instituições são compostas de objetivos declarados e não declarados, os objetivos declarados são os alvos, missões, metas e valores da instituição em questão, usualmente explicitados em documentos, tais como os regimentos internos, no caso das instituições públicas, geralmente, os objetivos declarados são os de prestação de serviços à sociedade. Assim, parafraseando Ribeiro (1978, p.137) apud Sheen (2001, p.53) “uma das funções da universidade é fazer o maior número possível de cidadãos herdarem o patrimônio artístico, literário e intelectual da humanidade.”

3.2 Universidade Estadual de Maringá - Campus de Ivaiporã

Os primeiros esforços para a criação do Campus regional da UEM em Ivaiporã começaram no ano de 2005, quando o então prefeito do município Célio Pereira encaminhou para a UEM um pedido de estudo de viabilidade para a instalação de sete cursos numa unidade avançada no município, o pedido foi reforçado em outubro de 2005 e teve o aval do então governador Orlando Pessuti, que participou do processo de pleito do campus enviando para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) um documento solicitando que o órgão acompanhasse a UEM no processo de estudo das possibilidades da oferta de cursos em Ivaiporã. (VELHO, 2010, p. 01)

Em março de 2006 o então reitor da UEM Gilberto Pavanelli criou uma comissão para formular um projeto de viabilidade, tal comissão foi presidida pela pró-reitora de Ensino daquela gestão, Sônia Benites. O projeto foi entregue a reitoria que o encaminhou a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) em maio de 2006, seguindo o disposto no relatório, a então secretária da SETI, Lygia Pupatto, encaminhou o pedido oficial de criação do campus para o governador em exercício Roberto Requião, solicitando a criação de 03 cursos, Educação física, Serviço Social e História.

Somente em 2009 deu-se o encaminhamento da execução da implantação do Campus, quando o reitor Décio Sperandio e o vice Mário de Azevedo montaram um projeto solicitando recursos ao governo para a efetiva criação do campus. E, só em 2010 foram liberados os recursos, sendo então assinado o decreto de criação do campus regional da UEM em Ivaiporã, pelo governador Orlando Pessuti. (VELHO, 2010)

O Campus Universitário da UEM no Município de Ivaiporã foi então autorizado por meio do Decreto Estadual nº 7106, de 14 de maio de 2010, e, criado por meio do Ato Executivo do Magnífico Reitor nº 12, de 19 de maio de 2010, tendo suas diretrizes gerais estabelecidas no inciso III do art. 5º da Resolução nº 056/2008-CEP, que aprova calendário acadêmico especial para o período letivo 2010/2011 do campus regional de Ivaiporã. (UEM, 2010).

O campus regional da UEM em Ivaiporã foi instalado com um desafio, a criação de um novo curso, o Bacharel em Serviço Social, além de oferecer mais dois cursos, História e Educação Física, que já eram ofertados no campus sede.

O coordenador do curso de Serviço Social, João dos Santos Filho, em entrevista feita ao Jornal informativo da UEM, edição 91 (2010), disse acreditar que “o grande desafio desse novo curso é formar profissionais que tenham uma visão crítica e uma preocupação social, contrapondo-se à atuação assistencialista.” É sob essa visão que o curso de Serviço Social foi idealizado e teve seu currículo construído.

O primeiro vestibular foi realizado no mesmo ano de implantação do Campus, em julho de 2010, e no dia 23 de agosto de 2010 aconteceu à aula inaugural, contando com 98 alunos matriculados, destes 70 do município de Ivaiporã e 28 de outras cidades da região. Desde a sua inauguração o campus foi instalado e teve as suas atividades iniciadas nas dependências do Colégio Estadual Barão de Cerro Azul. (VELHO, 2010)

Para a viabilização do campus da UEM em Ivaiporã estavam previstos um investimento de R\$ 800 mil reais para a construção de um bloco com uma área de 1.149 metros quadrados, contendo 10 salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, banheiros totalmente adaptados, sala de professores, secretaria e espaço para administração. A construção do bloco se daria em um terreno doado pelo município de Ivaiporã e o prazo de conclusão dessa obra era para o mês de março de 2014. O projeto inicial previa 08 cursos, mas somente 03 estão em andamento. (UEM, 2013)

A criação do campus e a autorização de seu funcionamento se deram em ritmo acelerado, mas as ações para o seu real estabelecimento não acompanharam esse ritmo. No ano de 2013, os acadêmicos da UEM do campus de Ivaiporã fizeram a primeira mobilização, em prol da reivindicação de melhorias no campus da finalização das obras já iniciadas do campus sede.

Em visita a Lidianópolis, município vizinho ao do campus da UEM em Ivaiporã, no dia 02 de agosto de 2013, o então Governador do Estado do Paraná, Carlos Alberto Richa (Beto Richa), foi recepcionado pelos alunos dos cursos de Educação Física, Serviço Social e História, que munidos de faixas e palavras de ordem solicitaram a atenção do governador. Incomodado com a presença dos

alunos o Governador Richa declarou: “Deve ter havido algum problema de ordem burocrática. Eu não seria louco ou irresponsável ao ponto de paralisar uma obra por causa de R\$60 mil”. Apesar da previsão de entrega do 1º bloco ter como data fixada o ano de 2014 no mês de agosto de 2013, as obras encontravam-se paralisadas. Sobre as contratações de funcionários e professores Richa se justificou dizendo que o limite de contratação de pessoal havia sido ultrapassado, assim declarou a população e aos alunos, em cima do palanque na visita a Lidianópolis: “O percentual é pequeno. Mas será resolvido. Por isso, vou consultar a Procuradoria do Estado e encontrar um mecanismo para contratar os professores e servidores”.

No dia 19 de agosto de 2013, os alunos dos cursos de Serviço Social e Educação Física mobilizaram-se com o objetivo de chamar a atenção do governo do Estado do Paraná sobre a falta de infraestrutura do campus, decretando o estado de greve⁶. As mobilizações realizadas tinham como foco a reivindicação de infraestrutura adequada e a contratação de professores e servidores para o campus, que estava com as suas atividades prejudicadas por falta desses elementos.

Em entrevista cedida ao jornal Apucarana Notícias, a aluna do curso de Serviço Social, Taiane Scarparo, representando os alunos do campus da UEM em Ivaiporã declarou: “Esta semana, estamos desenvolvendo algumas ações voltadas ao estado de greve com o objetivo de sensibilizar o Estado, a reitoria da UEM e a sociedade acerca da falta de infraestrutura que se arrasta desde 2010”. Ainda na mesma entrevista, a respeito do posicionamento do reitor Júlio Santiago Prates Filho, a aluna acrescentou, “Ele [reitor] não tem um posicionamento em relação à falta de infraestrutura no município. Por outro lado, recebemos a visita da vice-reitora, Neuza Altoé, que se inteirou acerca da necessidade de se construir o Campus de Ivaiporã”.

Como forma de sensibilizar a população de Ivaiporã, chamando a atenção da sociedade para o problema da paralisação das obras do campus, os alunos promoveram no dia 21 de agosto de 2013 uma passeata pelas ruas de Ivaiporã, concentrando-se na Praça Manoel Teodoro da Rocha. No dia 22 os alunos promoveram o velório simbólico do campus, saindo do Colégio Barão de Cerro Azul,

⁶ O Estado de Greve é uma situação que é aprovada pelos trabalhadores, alertando aos governantes que a qualquer momento poderão deflagrar uma greve. Mais informações via link: <http://sinjuspar.jusbrasil.com.br/noticias/100043340/significado-de-alguns-terminos-de-relacionados-a-greve>

munidos de velas e um caixão, caminharam em procissão pelas ruas da cidade e voltaram a se concentrar na Praça Manoel Teodoro da Rocha. (APUCARANA NOTÍCIAS, 2013)

Após as manifestações, somente em fevereiro de 2014 o campus recebeu novos servidores. Por meio dos decretos nº 10.019 e nº 10.020 de 30 de janeiro de 2014, que nomeou 17 servidores de carreira técnica, mais 2 professores universitários para atender as necessidades do campus. (UEM, 2014)

No dia 03 de dezembro de 2014 a retomada das obras do campus da UEM de Ivaiporã foi noticiada, na afirmativa de que o governo do estado estaria providenciando o pagamento das notas de serviço referentes às obras e negociando os novos cronogramas para entregas das obras (UEM, 2014)

No ano de 2015 houve um novo movimento de greve, mas dessa vez em todos os campus da Universidade Estadual de Maringá. Em Assembleia Geral convocada pelo SINTEEMAR - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de ensino de Maringá, no dia 06 de fevereiro de 2015, onde foi decidido que a UEM paralisaria todas as suas atividades no dia 10 de fevereiro de 2015.

A greve se deu em repúdio ao pacote de medidas proposto pelo Governador, pacote esse correspondente aos projetos de lei encaminhados a ALEP- Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sendo eles os o Projeto de Lei PL – 60/2015 e o Projeto de Lei Complementar – PLC 06/2015.

Os projetos de lei encaminhados ficaram conhecidos como “pacotaço”, e estes atacam sensivelmente os direitos de todos os trabalhadores do serviço público estadual. Dentre as medidas previstas estava o estabelecimento de previdência complementar mediante a fundação PREVICON Paraná, a perda de benefícios, remanejamento e também a apropriação de 8 bilhões de reais de fundos previdenciários dos funcionários públicos estaduais para cobrir as dívidas advindas da administração do governo Richa em seu mandato anterior.

O “pacotaço” proposto pelo governo Richa não traria prejuízos somente ao funcionalismo, mas também afetaria diretamente as pesquisas das Universidades Federais e Estaduais do Paraná, reduzindo em 50% o aporte de recursos do fundo Paraná, fundo este que é a fonte de financiamento dos projetos desenvolvidos através da Fundação Araucária.

De acordo com a APUFPR-SSINd (2015), o movimento grevista foi à única saída encontrada para a contraposição ao pacote de medidas neoliberais propostas pelo governo do Estado do Paraná.

A greve não afetou apenas o ensino nas universidades públicas, mas também toda rede de ensino público, que parou por 73 dias, mobilizando 12 mil educadores, até que no dia 09 de junho de 2015, em assembleia geral, foi decidido o fim da greve. (LEÃO, 2015)

O ponto mais marcante desta greve foi o dia 29 de abril de 2015, onde após 27 anos, a história do autoritarismo e desrespeito se repetiu. No dia 30 de agosto de 1988, durante uma manifestação de professores do Paraná em greve terminou em tragédia. Naquela ocasião, quem protestava por melhores salários e condições de trabalho na Praça Nossa Senhora de Salette em Curitiba, foram brutalmente atacados pelos policiais militares que foram escalados para acompanhar o movimento naquele fatídico dia, jogaram cavalos, cães e bombas de efeito moral contra os manifestantes, que eram em sua maioria professores e profissionais da educação da rede estadual de ensino do Paraná.

A diferença dos resultados da manifestação do dia 30 de agosto de 1988 e do dia 29 de abril de 2015 se deu no grau de violência utilizados, em 30 de agosto foram pouco mais de uma dezena de manifestantes feridos, já em 29 de abril foram centenas de manifestantes feridos. (MARTINS, 2015)

As manifestações do dia 29 de abril de 2015 ocorreram com o intuito de pedir a retirada de tramitação e votação na Assembleia Legislativa do Paraná do PL 252/2015, que propõe mudanças no Paraná Previdência. Porém, mesmo em meio aos protestos, com milhares de profissionais da educação concentrados e sendo covarde e violentamente atacados o projeto foi aprovado.

Durante a sessão na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, as manifestações se intensificaram e a PM agiu de forma violenta contra os manifestantes, disparando bombas de efeito moral, gás lacrimogênio, spray de pimenta, jatos de água e balas de borracha sobre os manifestantes, deixando mais de 200 pessoas feridas, alguns em estado grave. (SINDUEPG, 2015)

No dia 12 de junho de 2015, após 74 dias de greve, os profissionais das universidades estaduais, depois de assembleia realizada decidiram por manter a greve, e ainda, mostrando apoio aos servidores ligados à APP-Sindicato, que

havam suspendido a greve, mas sem aceitar as propostas ofertadas pelo Governo. (SINTEEMAR, 2015)

Após 89 dias de paralisação, no dia 24 de junho de 2015, os servidores da UEM retornaram as suas atividades. Apesar das fatalidades ocorridas nos protestos, a paralisação teve resultados positivos, pois os servidores públicos não perderam os direitos já conquistados e também conseguiram garantir um acordo de reajuste para os próximos três anos. Outra vitória do movimento foi a queda da popularidade do Governo Beto Richa, que, devido as suas ações autoritárias perante o movimento grevista, teve sua imagem abalada. (HISING, 2015)

O campus da UEM em Ivaiporã surgiu em tempo recorde, mas os investimentos no campus não acompanharam a velocidade de sua criação. Após 05 anos da autorização de seu funcionamento, em 19 de maio de 2010, a construção do campus ainda não foi finalizada, apesar da data fixada para a finalização do mesmo ter sido o ano de 2014.

Ainda no ano de 2015 os alunos do campus da UEM no Município de Ivaiporã continuam tendo suas aulas ministradas nas dependências do Colégio Estadual Barão de Cerro Azul, desde a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 02/2010. (CEE, 2012)

|

CAPITULO III
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - CAMPUS DE IVAIPORÃ: PESQUISA
DE QUALIDADE EM ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, ORGANIZAÇÃO E
INFRAESTRUTURA

4.1 Campus Regional da UEM em Ivaiporã

O campus da UEM em Ivaiporã foi instalado no ano de 2010, em acomodações provisórias cedidas pelo Colégio Estadual Barão de Cerro Azul, a promessa da entrega das instalações do campus ficou para o ano de 2014, mas a obra ainda não foi finalizada em dezembro de 2015, quando se realizou a presente pesquisa.

A imagem de uma instituição é formada a partir das impressões positivas, neutras e negativas que os indivíduos, usuários dos serviços oferecidos pela universidade, desenvolvem no convívio, contato e uso diário dos produtos e serviços oferecidos. (GEE, 1991, apud, OLIVEIRA ET AL, 2010, p.3)

Partindo desse pressuposto é fundamental que a imagem da Universidade Estadual de Maringá, campus de Ivaiporã seja refletida pelos olhos de seus usuários, que como utilizadores dos serviços oferecidos podem avaliar o produto de forma justa e coerente. Pensando a partir deste ponto é que se fez necessária esta pesquisa de campo com o objetivo de buscar a opinião daqueles que usufruem dos serviços e estrutura do campus.

Ao fazer a análise da qualidade do campus da UEM, e, foi imprescindível que as referências utilizadas fossem as dos próprios alunos, usuários diretos dos serviços e acomodações do campus, para tanto foi organizada, em dezembro de 2015, uma pesquisa onde foram coletadas as opiniões de 103 alunos dos cursos de História, Educação Física e Serviço Social, conforme o disposto na tabela abaixo, escolhidos por meio de sorteio e submetidos a questionários contendo 60 perguntas fechadas. As perguntas feitas aos alunos fazem referência ao perfil socioeconômico do aluno, avaliação da instituição, ensino, pesquisa e extensão, instalações e estrutura.

TABELA 01- AMOSTRAGEM DE ALUNOS PARTICIPANTES POR CURSO

AMOSTRAGEM POR CURSO		
CURSO	FREQUÊNCIA	PORCENTUAL
Serviço Social	41	39,8
Ed. Física	36	35,0
História	26	25,2
TOTAL	103	100,0

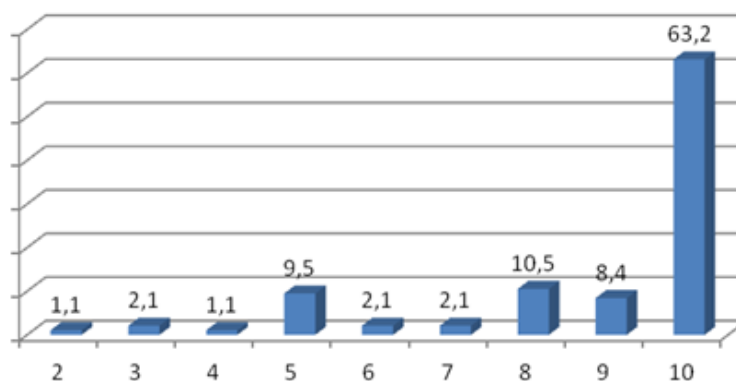
O perfil do aluno da UEM em Ivaiporã é de maioria declarante da cor branca, totalizando 66% dos entrevistados, com idades entre 17 e 40 anos, a maioria com a faixa de renda de 02 a 03 salários mínimos, residentes nas cidades de Arapuã, Ariranha Do Ivaí, Candido de Abreu, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Pitanga, São João Do Ivaí e São Pedro Do Ivaí.

Quando perguntado sobre o “desenvolvimento de projetos de pesquisas” 94% dos alunos declararam saber que na UEM de Ivaiporã são desenvolvidos projetos de pesquisa, mas apenas 29% dos entrevistados participam de alguma pesquisa. Daqueles que não participam de projetos, 87,5% declaram interesse em realizar algum projeto.

Numa escala de 0 a 10, que mede o grau de importância da pesquisa para a formação universitária, onde 0 significa sem importância e 10 muito importante, os resultados foram que 63% dos alunos entrevistados consideram muito importante o desenvolvimento da pesquisa para a formação acadêmica, atribuindo nota 10 para o quesito questionado. O gráfico N^o 01, que faz alusão a importância dada pelos alunos à pesquisa dentro da Universidade.

Quando os dados apresentados são transformados em média temos como consequência uma média de 8,79 pontos. Sendo assim a importância dada a pesquisa pelos alunos é considerada de grande relevância, bem como fundamental para a formação acadêmica.

GRÁFICO 01- IMPORTÂNCIA DADA A PESQUISA NA UNIVERSIDADE EM %

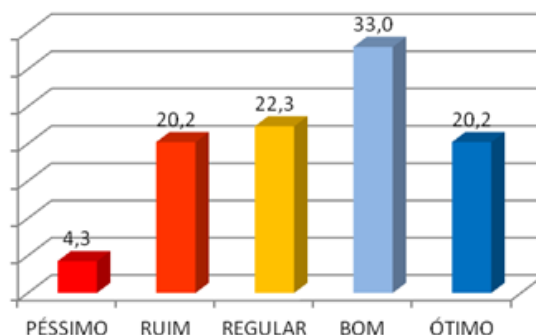


Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 80) apud Amaral (2010, p. 68), a pesquisa pode ser definida como “uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar”, assim, ela proporciona a oportunidade da prática do conhecimento científico, como descrito nas palavras de Amaral (2010, p.68) “uma vez que o papel da universidade é proceder a estudos nas mais variadas áreas e comprovar os resultados obtidos.”

Assim a pesquisa é a oportunidade que o aluno tem de fazer a reflexão entre conteúdo teórico aprendido no curso colocando-o em prática durante a execução do projeto.

As oportunidades oferecidas pela Universidade de uma forma geral, são consideradas, segundo 53,2% dos alunos entrevistados, de Boa a Ótima, como representado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 02 – OPORTUNIDADE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA OFERECIDA PELA UNIVERSIDADE EXPRESSA EM %



A tabela abaixo representa os resultados da pesquisa realizada com os discentes da Universidade Estadual de Maringá, campus de Ivaiporã, onde os alunos avaliaram as condições existentes para o desenvolvimento de pesquisa na universidade.

Analisando os resultados obtidos com a pesquisa e descritos, podemos afirmar que 24,5% dos alunos consideram as condições para realização da pesquisa na Universidade Péssimo e Ruim, contra 22,3% Regular e 53,2% consideram as oportunidades de Boa a Ótima.

Mas quando as amostras são analisadas separadamente, de acordo com o curso que o entrevistado cursa, os resultados expressos são diferentes, conforme mostra a tabela abaixo:

TABELA 02 - AVALIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE INICIAÇÃO CIENTIFICA OFERTADA AOS ALUNOS POR CURSO

Oportunidades de iniciação científica X por curso

CURSO	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
SERVIÇO SOCIAL	5,4%	29,7%	29,7%	32,4%	2,7%
ED. FÍSICA	6,5%	22,6%	19,4%	38,7%	12,9%
HISTÓRIA	0,0%	3,8%	15,4%	26,9%	53,8%

Quando a amostra é dividida por curso, pode-se observar que as oportunidades de iniciação científica são melhores avaliadas pelos alunos do curso de História do que pelos cursos de Serviço Social e de Educação Física.

TABELA 03 - CONDIÇÕES EXISTENTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA NA UEM – CAMPUS DE IVAIPORÃ ⁷

Condições existentes para desenvolvimento de pesquisa

CLASSIFICAÇÃO	%
PÉSSIMO	10,9 %
RUIM	25,0 %
REGULAR	39,1 %
BOM	16,3 %
ÓTIMO	8,7 %
Total	100,0 %

É preciso preservar e valorizar as universidades públicas em sua associação com a pesquisa, mas essa valorização tem que partir da questão financiamento, pois a desvalorização das atividades de pesquisa está atrelada a escassez de verbas e falta de incentivos. (DURHAM, 1998)

A relação entre ensino e pesquisa também foi classificada como boa por 51,7% dos alunos, bem como 43,6% dos alunos também classificaram como boas as oportunidades de iniciação em projetos de extensão.

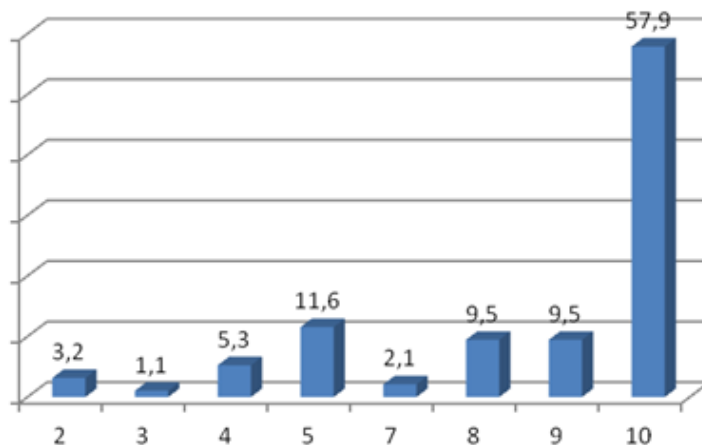
Como já citado anteriormente a universidade é firmada sobre o tripé, ensino, pesquisa e extensão, portanto a extensão é outro de seus pilares de sustentação. Ao analisar os dados referentes ao desenvolvimento de “projetos de extensão”, 94,1% dos alunos afirmaram saber que na Universidade são realizados tais projetos, mas dos alunos entrevistados apenas 25,5% participam de algum projeto de extensão. Em contrapartida, dos alunos que não se encontravam inseridos, 75,7% disseram ter o desejo de integrar algum projeto.

Dos alunos entrevistados 41,1% responderam que as condições para o desenvolvimento de projetos de extensão na universidade são classificadas como regulares, assim como 43,3% dos alunos classifica a cooperação entre docentes e alunos como boa. Quando questionada a importância dada pelos alunos à extensão, numa escala de 0 a 10, que mede o grau de importância das atividades de extensão,

⁷ Pesquisa de campo realizada com alunos dos cursos de Educação Física, História e Serviço Social do campus Regional da UEM em Ivaiporã.

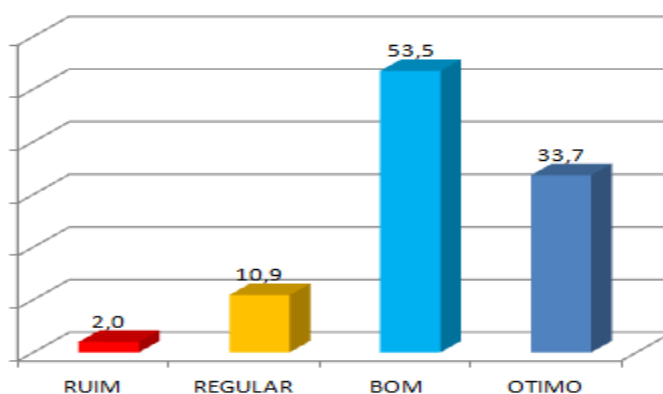
57,9% dos alunos atribuíram nota 10 ao quesito, como demonstrado no quadro abaixo.

GRÁFICO 03 – IMPORTÂNCIA DADA À EXTENSÃO - ESCALA DE 10 PONTOS⁸



Conforme disposto no gráfico abaixo, podemos perceber que, de forma geral, há uma boa avaliação dos cursos por parte dos discentes entrevistados, 53,5% dos alunos classificaram os cursos como bons e 33,7% dos alunos classificaram os cursos como ótimos.

GRÁFICO 04 – AVALIAÇÃO DOS CURSOS OFERTADOS



Quando a amostra é subdividida pelos cursos, os resultados apresentados tendem a sofrer alterações, como mostra a tabela abaixo mudar, demonstrando que,

⁸ Pesquisa de campo realizada com alunos dos cursos de Educação Física, História e Serviço Social do campus Regional da UEM em Ivaiporã.

o curso de história é o melhor avaliado, tendo 53,8% das respostas classificadas como ótimas.

TABELA 04 – AVALIAÇÃO DOS CURSOS OFERECIDOS DIVIDIDA POR AMOSTRA DE CURSO

AVALIAÇÃO DO CURSO				
CURSO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
SERVIÇO SOCIAL	2,6%	12,8%	53,8%	30,8%
ED. FÍSICA	2,8%	11,1%	63,9%	22,2%
HISTÓRIA	0,0%	7,7%	38,5%	53,8%

A estrutura curricular dos cursos foi classificada pelos entrevistados como péssima por 2,9%, ruim por 4,9%, regular por 11,8%, boa por 51% e ótimo por 29,4% dos entrevistados.

A carga horária destinada a cada disciplina foi classificada como péssima por 7,8% dos alunos, ruim por 2,9%, regular por 16,7%, bom por 37,3% e ótima por 35,3%.

Tanto a estrutura curricular quanto os cursos ofertados pelo campus de Ivaiporã da Universidade Estadual de Maringá, bem como as disciplinas aplicadas em cada curso, tiveram resultados positivos nas avaliações dos alunos.

Um elemento importante dentro do corpo de uma universidade é o corpo docente, e, estes obtiveram ótima aprovação na avaliação de seus alunos.

A formação do corpo docente foi avaliada como boa por 40,8% dos alunos e ótima por 53,4% dos alunos, apenas uma pequena parcela de 5,8% consideraram a formação do corpo docente da universidade como regular. Também foi perguntado aos entrevistados a respeito da produção científica do corpo docente do campus, onde 68,3% dos alunos declararam ter conhecimento das publicações, artigos e outros materiais confeccionados pelo corpo docente da universidade.

A quantidade de professores disponíveis para os cursos foram classificadas como péssima por apenas 1% dos alunos, ruim por 10,1%, regular por 26,3%, bom

por 31,3% e ótima por 31,3%, segundo os dados apresentados a quantidade de professores contratados é considerada satisfatória.

Estratificando os resultados, definindo um parâmetro entre quantidade de professores versus curso os resultados se alteram. No curso de Serviço Social 18% afirmaram que a quantidade de professores é péssima a ruim, 38,5% consideram regular e 43,5% classificaram como ótimo. Do curso de Educação Física 11,1% dos entrevistados classificaram a quantidade de professores como Ruim, 27,8% Regular e 61,1% de Bom a Ótimo. No curso de História 4,2% dos alunos consideraram a quantidade de professores regular e 95,9% dos alunos classificam como Bom e Ótimo.

Como demonstrado nos resultados apresentados, pode-se afirmar que o curso com a melhor oferta, em quantidade, de professores é o curso de história, que tem uma avaliação melhor por parte de seus discentes.

TABELA 05 - QUANTIDADE DE PROFESSORES X CURSO

CURSO	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
SERVIÇO SOCIAL	2,6%	15,4%	38,5%	25,6%	17,9%
ED. FÍSICA	0,0%	11,1%	27,8%	38,9%	22,2%
HISTÓRIA	0,0%	0,0%	4,2%	29,2%	66,7%

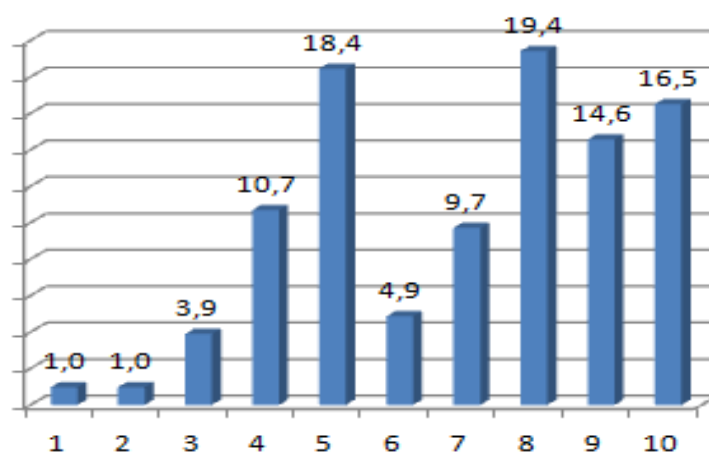
A atuação dos professores e as disciplinas ofertadas também foram avaliadas pelos alunos entrevistados, e os resultados obtidos nessa pesquisa foram que 66% dos professores apresentam no início do semestre ou ano letivo, nos casos das disciplinas anuais, os programas das disciplinas a serem lecionadas, 31,1% declararam que quase sempre os programas são apresentados e apenas 2,9% declararam que os programas nunca são apresentados.

A clareza dos programas das disciplinas e seus critérios de avaliação também entraram em questão, 50,5% dos alunos classificaram este quesito como bom, 25,2% classificaram como ótimo, 21,4% classificaram como regular e apenas 2,9% classificaram os programas das disciplinas como ruins.

A preparação das aulas foi avaliada em uma escala de 0 a 10 que mede o grau de satisfação quanto à preparação das aulas, onde 0 sugere que o alunos está muito insatisfeito e 10 que o aluno está muito satisfeito.

Na tabela abaixo vejamos os resultados de tal questionamento:

GRÁFICO 05 – AVALIAÇÃO DA PREPARAÇÃO DE AULAS - ESCALA 10 PONTOS



A preparação das aulas pode ser avaliada como boa, tendo em vista que a média de notas atribuídas pelos alunos totalizou 7 pontos.

Outro item avaliado na pesquisa realizada foi o mecanismo de orientação acadêmica. A lei Federal nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamenta as normas de funcionamento do ensino superior no Brasil em seu artigo 41 a monitoria acadêmica, contendo o seguinte texto:

“Art. 41. As universidades deverão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina.” (BRASIL, 1968)

Dos alunos entrevistados, 36,3% já utilizaram os mecanismos de monitoria, 38,2% nunca utilizaram e 25,5% declararam que nunca tiveram a oportunidade de utilizar tal ferramenta. As monitorias foram classificadas, pelas respostas válidas, considerando os 36,3% que declararam ter utilizado do mecanismo de monitoria, conforme a tabela abaixo:

TABELA 06 – ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO ACADÊMICA

ALUNOS QUE UTILIZARAM DO MECANISMO DE ORIENTAÇÃO ACADÊMICA: MONITORIA

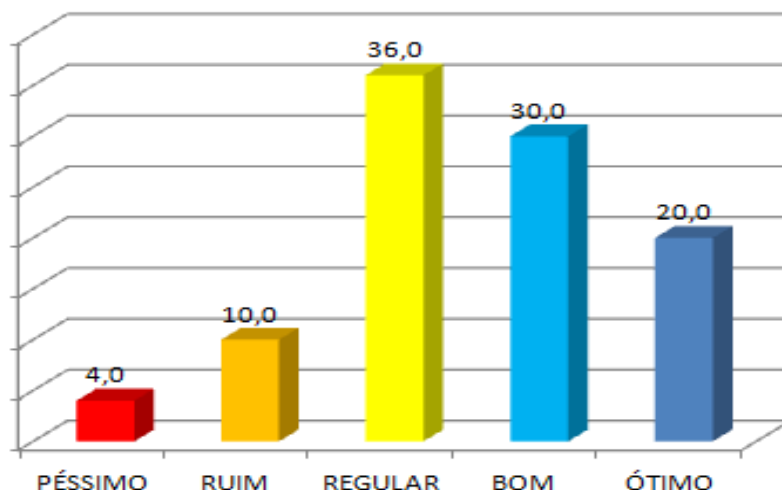
PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
2,7%	2,7%	32,4%	27,0%	35,1%

Nos resultados mais expressivos as monitorias foram classificadas como péssima e ruim por 5,4% dos alunos, regulares por 32,4%, boa e ótima por 62,1% dos entrevistados. Apesar de uma classificação regular por uma grande parte dos alunos, as monitorias tiveram uma classificação de boa à ótima por 53% dos alunos.

Conforme disposto na Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, art. 1º, § 2º “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.” Segundo a mesma lei em seu artigo Art. 6º “O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.”.

Dessa forma, conforme o disposto na Lei de estágio, as instituições de ensino podem e devem organizar e selecionar campos de estágio para que possa contemplar seus alunos. Dessa forma, as oportunidades de estágio também foram avaliadas, conforme os resultados exibidos no gráfico abaixo:

GRÁFICO 06 – AVALIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO OFERECIDAS



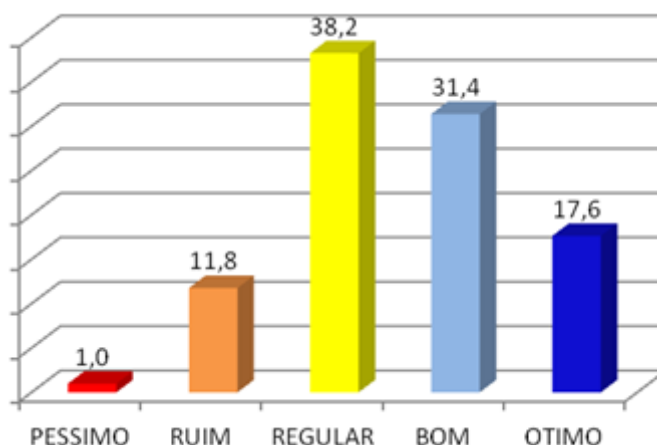
As oportunidades de estágio tiveram uma avaliação positiva, quando analisada de uma forma geral. Mas quando a amostra é subdividida por cursos os resultados anteriores se modificam. As melhores avaliações se dão nos cursos de Educação Física e História. A avaliação mais positiva dentro desses cursos se deve há um maior campo aberto no município, já que o estágio pode ser realizado dentro das instituições de ensino, tais como as escolas da região.

TABELA 07 – RELAÇÃO DE OPORTUNIDADE DE ESTÁGIO X CURSO
OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO OFERTADAS

CURSO	PÉSSIMO	RUIM	REGULAR	BOM	ÓTIMO
SERVIÇO SOCIAL	7,3%	14,6%	46,3%	22,0%	9,8%
ED. FÍSICA	2,9%	11,4%	31,4%	37,1%	17,1%
HISTÓRIA	0,0%	0,0%	25,0%	33,3%	41,7%

A biblioteca pode ser considerada o sistema nervoso de uma instituição de ensino, é na biblioteca que os usuários têm acesso a uma gama de informações que interações que condicionam amplamente a aprendizagem, a pesquisa e o ensino. (UNESCO, 1999, p.647 apud BEZERRA E ANDRIOLA, 2010)

GRÁFICO 07 – AVALIAÇÃO DE QUALIDADE BIBLIOTECA



O item biblioteca foi classificado como bom ou ótimo por 49% dos alunos entrevistados, essa classificação foi feita a partir da visão que os alunos, principais usuários deste serviço, tem a respeito da qualidade e quantidade de obras que estão à disposição para consulta.

Outro item avaliado foi a estrutura além de sala de aula. Quando a disciplina necessita de espaço e recursos externos, fora da sala de aula, como por exemplo as aulas práticas do curso de educação física. A avaliação feita pelos entrevistados teve resultados negativos, 49,5% dos alunos declararam que a necessidade não é bem atendida.

TABELA 08 – ESTRUTURA ALÉM DA SALA DE AULA

A estrutura além de sala de aula é bem atendida?		
RESPOSTAS	Frequência	Porcentual
SIM	37	35,9
NÃO	51	49,5
ATÉ O MOMENTO NUNCA PRECISOU	15	14,6
Total	103	100,0

Os eventos científicos são de grande importância para a formação acadêmica, segundo Carmo & Prado (2005, p.131) “A ciência, como uma atividade social, precisa ser divulgada, debatida, refletida.” Dessa forma há a necessidade de organizar eventos científicos na área de cada curso e também a participação em eventos científicos promovidos por outras instituições. Esse item também foi avaliado pelos alunos entrevistados, tendo os seguintes resultados:

GRÁFICO 08 – APOIO A PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS

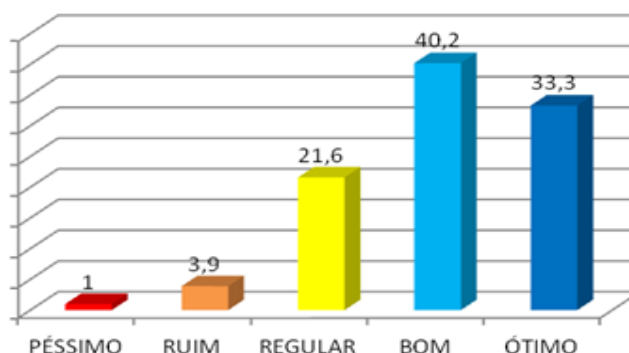
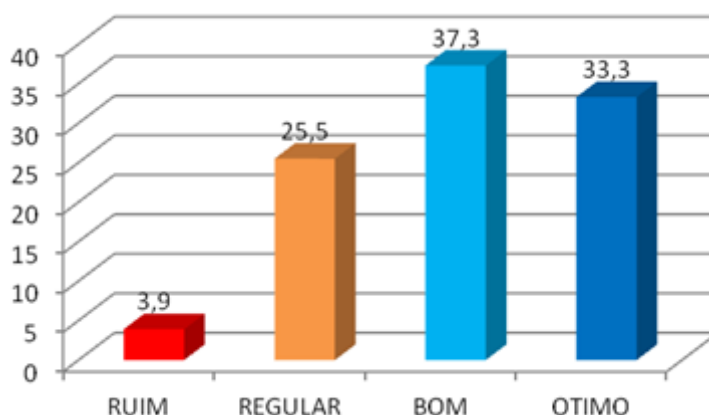


GRÁFICO 09 – EVENTOS PROMOVIDOS PELA UEM

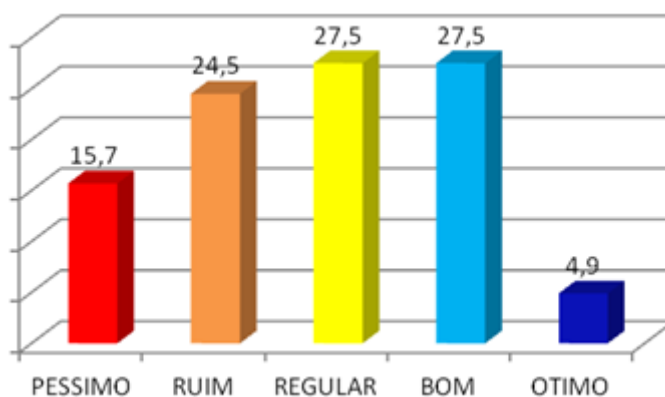


Tanto o apoio à participação em eventos externos quanto à promoção de eventos dentro da própria instituição, o campus de Ivaiporã da Universidade Estadual de Maringá foi bem avaliada por seus alunos.

A quantidade de funcionários a disposição do campus também foi avaliada, conforme as respostas obtidas por meio do questionário aplicado, apenas 4,9% dos entrevistados consideraram a quantidade de servidores ótima, 27,5% consideraram boa, 27,5% consideraram regular, 24,5% ruim e 15,7% péssimo.

Conforme o exposto no gráfico abaixo, podemos afirmar que a quantidade de servidores a disposição do campus é insatisfatória.

GRÁFICO 10 – AVALIAÇÃO DA QUANTIDADE DE SERVIDORES DISPONÍVIES (ADMINISTRATIVOS, SEGURANÇA, SERVIÇOS GERAIS E ETC.)



A satisfação com o atendimento administrativo ao aluno também foi estimada a partir das respostas do questionário aplicado. E de acordo com os resultados

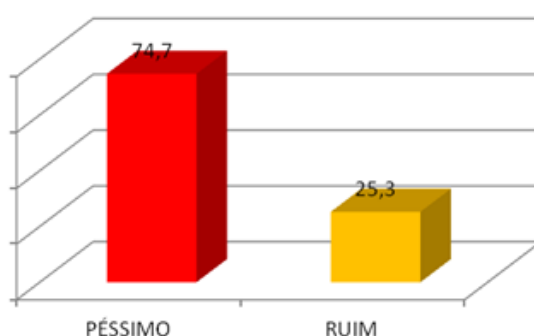
obtidos pode-se afirmar que há um bom atendimento aos alunos, já que, conforme a tabela abaixo apresentada, 67% dos entrevistados consideraram o quesito como Bom ou Ótimo.

TABELA 09 – ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO AO ALUNO

Qualidade do atendimento Administrativo ao aluno	
Respostas	%
RUIM	6,8
REGULAR	26,2
BOM	49,5
ÓTIMO	17,5
Total	100

A estrutura administrativa também foi avaliada, e, segundo as respostas válidas, 68% dos entrevistados declararam conhecer a estrutura administrativa da universidade, mas quando avaliada a apoio dado pela administração central ao campus, o resultado não foi satisfatório. Não houve avaliação positiva por parte dos entrevistados, conforme mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 11 – APOIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL AO CAMPUS DE IVAIPORÃ

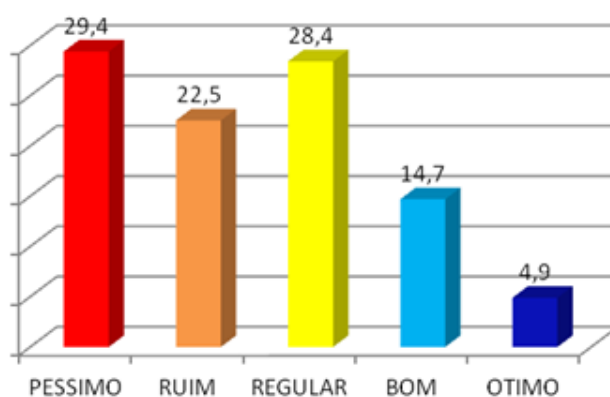


Não foram avaliados somente os itens ligados à prestação de serviços em si, como também foi avaliada a estrutura física ofertada pelo campus. Segundo Miranda et al (2013, p. 313, 314) a oferta de serviços de ensino superior de qualidade é importante para que as práticas pedagógicas estejam relacionadas ao meio, fazendo uma correlação entre a qualidade do ensino e a infraestrutura oferecida, o que é

determinante no processo de aprendizagem por influenciarem diretamente na satisfação do aluno.

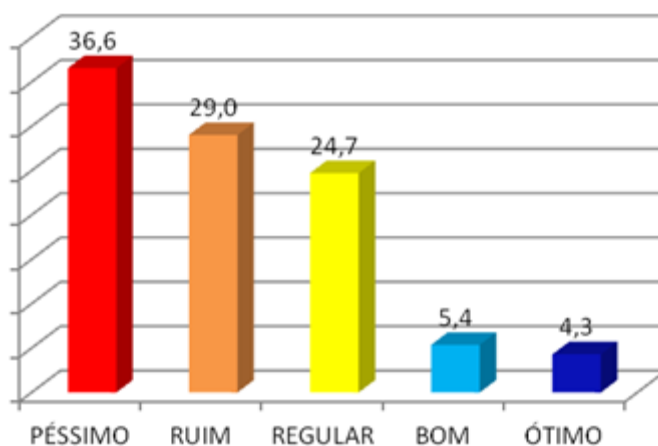
Segundo a avaliação feita pelos entrevistados, e explicitada no gráfico abaixo, 29,4% dos alunos classificaram as acomodações das salas de aula como péssimas, 22,5% como ruim e 28,4% como regular. Pode-se dizer que a avaliação teve resultados negativos.

GRÁFICO 12 – QUALIDADE DAS SALAS DE AULAS DO CAMPUS DA UEM EM IVAIPORÃ



Os serviços oferecidos pela cantina do campus são terceirizados, e também foram avaliados negativamente pelos entrevistados, conforme o disposto no gráfico abaixo:

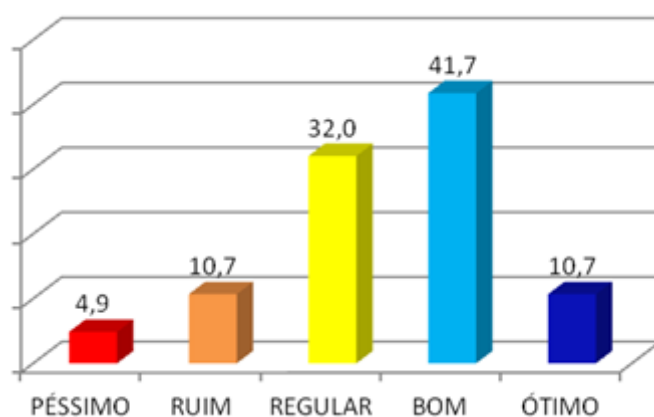
GRÁFICO 13 – AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DA CANTINA



As acomodações da biblioteca foram bem avaliadas pelos alunos, onde 41,7% das respostas classificaram as acomodações como boas, 32% como regulares, 10,7% como ótimas, 10,7% como ruim e 4,9% como péssimo.

As avaliações dos entrevistados em relação às acomodações da biblioteca da UEM, Campus de Ivaiporã estão explicitas no gráfico abaixo.

GRÁFICO 14 – QUALIDADE DAS ACOMODAÇÕES DA BIBLIOTECA



As áreas de convívios comuns, estacionamento, sanitários e condições de acessibilidade tiveram avaliações negativas por parte dos alunos entrevistados, conforme demonstram os gráficos abaixo.

GRÁFICO 15 – QUALIDADE DAS ÁREAS DE CONVÍVIO COMUM

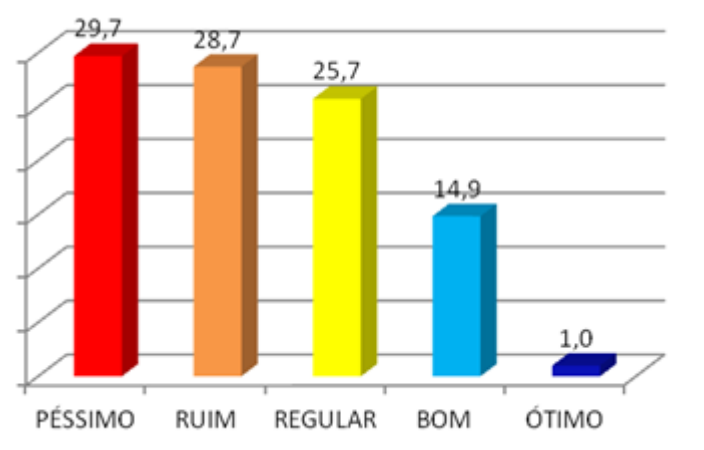


GRÁFICO 16 – QUALIDADE DA ESTRUTURA DE ESTACIONAMENTO DO CAMPUS DA UEM EM IVAIPORÃ

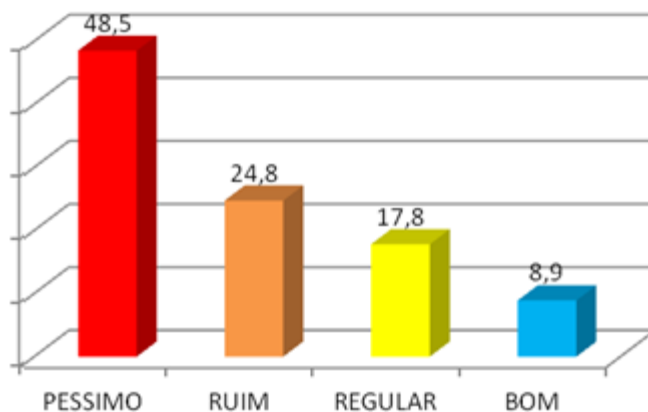


GRÁFICO 17 – QUALIDADE DOS SANITÁRIOS

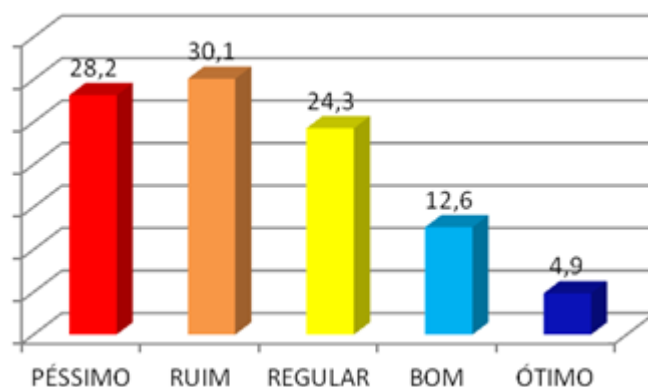
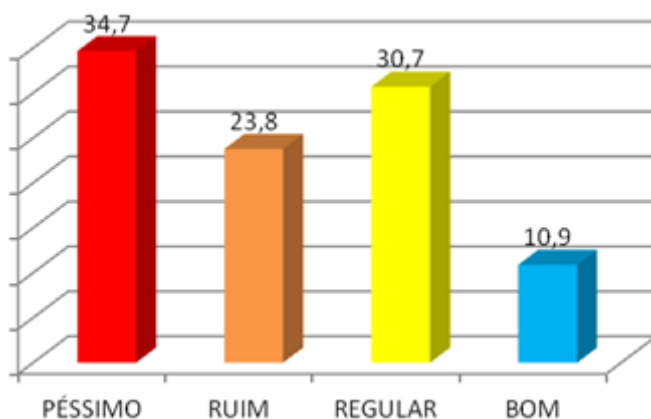


GRÁFICO 18 - CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DO CAMPUS DA UEM EM IVAIPORÃ



Já o laboratório de informática e a sala de vídeo foram classificados como regulares, conforme os resultados da pesquisa realizada. Abaixo os gráficos referentes aos itens supracitados.

GRÁFICO 19 - QUALIDADE DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

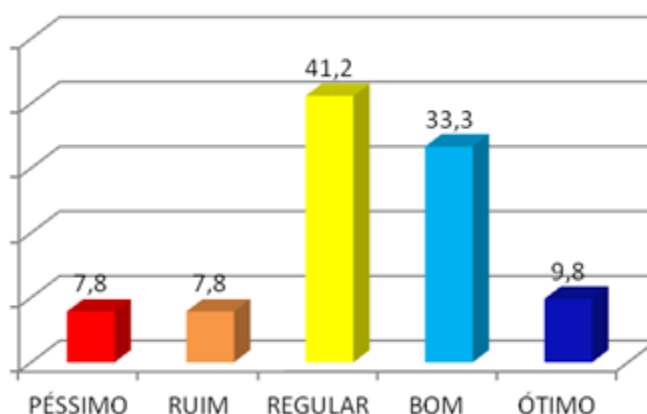
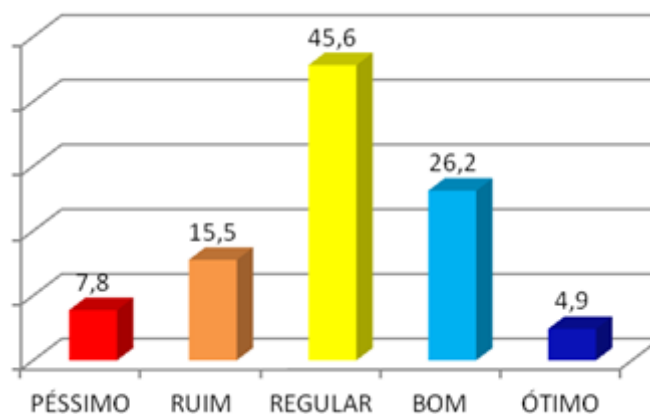


GRÁFICO 20 – QUALIDADE DA SALA DE VÍDEO



A partir das respostas obtidas é possível avaliarmos a situação do campus da UEM em Ivaiporã, quanto aos itens ensino, pesquisa e extensão, a avaliação dos alunos foi de regular a ótima, demonstrando que o desenvolvimento desse tripé do ensino é bem executado, o déficit se encontra nos itens de estrutura administrativa e infraestrutura oferecida aos alunos, o que demonstra uma ausência de ações do poder público para a execução da política de educação, referenciada no lócus da pesquisa, o campus da UEM em Ivaiporã.

Analisar a imagem que os alunos tem do campus apenas em decorrência de suas respostas em um questionário nos traz um resultado daquilo que foi perguntado. É preciso também que se faça uma análise a partir do contexto o qual o indivíduo está inserido. Marcel Mauss, que ao estudar as mais variadas formas de organização social, de diversos grupos e regiões, desenvolveu a teoria da dádiva, que segundo Mauss, (2003, p. 263) apud Sabourin (2008, p. 2)

Se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem "respeitos" - podemos dizer igualmente, "cortesias". Mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se "devem" - elas e seus bens - aos outros (MAUSS, 2003, p. 263 apud SABOURIN, 2008, p.2).

A partir da perspectiva de Mauss, não podemos excluir a possibilidade do aluno usuário dos serviços prestados pela Universidade, como um “presente” do Governo Estadual, e não como uma política de Ensino Superior, um direito constitucional que é disponibilizado ao cidadão. O argumento central da tese de Mauss é de que a dádiva produz alianças, que podem ser tanto matrimoniais, como políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas. Portanto, pode-se supor que a boa avaliação de alguns itens da pesquisa estejam atreladas a esse sentimento de honra, pelo presente oferecido aos alunos usuários deste serviço. (SABOURIN, 2008)

5. CONCLUSÃO

Diante das discussões teóricas apresentadas, e também dos dados obtidos com a pesquisa realizada, podemos afirmar que o campus da UEM em Ivaiporã é resultado da implementação da política de educação voltada para o ensino superior. Apresentamos agora algumas considerações finais obtidas por meio da análise das pesquisas teóricas e empírica.

Itens como as oportunidades de iniciação científica, condições para execução de pesquisa e extensão, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, cooperação entre corpo docente e alunos, a qualidade dos cursos ofertados, estrutura curricular dos cursos, carga horária das disciplinas, estrutura curricular, corpo docente, mecanismos de orientação acadêmica, biblioteca, apoio a participação e em eventos e a promoção de eventos, o atendimento administrativo, biblioteca e sala de vídeo tiveram avaliações positivas por parte dos entrevistados, podemos perceber que aquilo que, de modo geral, os itens que advém dos recursos humanos da universidade foram bem avaliados, ou seja, o que depende dos recursos humanos provenientes do campus de Ivaiporã são bem atendidos.

Os itens que tiveram avaliações negativas foram o apoio da administração central, a quantidade de servidores disponíveis, qualidade dos serviços de alimentação, áreas de convívio comum, sanitários, estrutura além da sala de aula, acessibilidade e estacionamento. Esses itens dependem principalmente de recursos e investimentos por parte do estado, para a manutenção da política de ensino superior público presente no município.

O Estado em seu papel de promotor de políticas públicas, independente de seu segmento, deveria desenvolver, avaliar, acompanhar e promover o investimento em seus programas em execução. No caso do Campus da UEM de Ivaiporã há uma grande clareza no descaso com a manutenção da política de educação a ser desenvolvida e mantida. A infraestrutura precária oferecida aos alunos é o caso mais gritante dentro, bem como os demais itens pesquisados também não tem total aprovação dos alunos.

As obras do campus definitivo, que deveriam ser entregues no ano de 2014, em janeiro de 2016 ainda não foram finalizadas, e nem há data prevista para a finalização do mesmo.

O reflexo da oferta de ensino superior público do campus de Ivaiporã é reflexo de uma política mal executada, frágil e precarizada que não alcançou os objetivos almejados no momento de sua implantação.

O que se percebe é que a educação universitária no campus de Ivaiporã é mais fruto de políticas de governo. Ou seja, fica a mercê dos projetos e prioridades de acordo com cada governo que está exercendo e não uma política pública garantida na Constituição Federal de 1988 e nas legislações subsequentes que regulamentaram a educação superior no país e estado.

Deste modo, concluímos que a implantação desse campus pode beneficiar os moradores de Ivaiporã e região, oferecendo a oportunidade da graduação de ensino superior aos indivíduos moradores dessa região. Os pontos fracos dessa política se devem a falta de investimento em infraestrutura, o que afeta direta e indiretamente o desenvolvimento da política, influenciando assim na qualidade do ensino oferecido.

6. REFERÊNCIAS:

AMARAL, Rogério do. **AS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA**. Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho” de Presidente Prudente Universidade do Oeste Paulista. Identidade Científica, Presidente Prudente-SP, v. 1, n. 1, p. 64-74, jan./jun. 2010

AMUVI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO IVAÍ - **Relação de Prefeituras atendidas pela AMUVI**. Disponível em: <<http://amuvi.com.br/municipios/mapa/>>

APUCARANA NOTÍCIAS. **Acadêmicos do Campus da UEM decretam estado de greve e promovem “velório”. Apucarana, 22 de agosto de 2013**. Disponível em: <<http://www.annoticias.com.br/Noticias/educacao/academicos-do-campus-da-uem-decretam-estado-de-greve-e-promovem-velorio>>

APUFPR-SSIND - Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná. **NOTA DE SOLIDARIEDADE DA APUFPR-SSIND AO MOVIMENTO GREVISTA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO ESTADUAL**. Seção Sindical Dos Docentes Da Universidade Estadual De Ponta Grossa (SINDUEPG); Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior (ANDES-SN). Disponível em: <<http://sinduepg.com.br/site/?p=2422>>

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. 1Ed, São Paulo, Ed. Moderna, 1989.

BEZERRA, Neiliane Alves; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E RENDIMENTO DOS ALUNOS NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE): ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)**. XVI edição do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) 17 a 22 de outubro de 2010, São Conrado, Rio de Janeiro.

BRASIL. **Decreto nº 62.937, de 2 de Julho de 1968**. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. Brasília, 2 de julho de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994**. – 35. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Senado Federal, **Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>

BRASIL. **LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CEE – Conselho Estadual de Educação. **PROCESSO Nº 63/12 - Pedido de credenciamento da UEM para o Campus Regional de Ivaiporã, com fundamento no § 1º do artigo 18, da Deliberação n.º01/10-CEE/PR. PARANÁ. 2012.**

Disponível em:

<http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres%202012/CES/pa_ces_11_12.ppd> Acesso em: 10/11/2015

CEZNE, Andrea Nárriman. **O direito à educação superior na Constituição Federal de 1988 como direito fundamental.** Revista Educação Edição: 2006 - Vol. 31 - No. 01 <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2006/01/a8.htm> Acesso em:13/05/2015 as 22:23hrs

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; LIMA, Rosângela Novaes; MEDEIROS, Luciene Miranda Medeiros. **REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA - DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO À LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira.**

Universidade Federal do Pará. PA, 2006 Disponível em:

<http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo_Vera_Luciene_e_Rosangela.pdf>

CURY, Carlos Roberto Jamil. **REFORMA UNIVERSITÁRIA NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL?.** Universidade Federal de Minas Gerais. Caderno de Pesquisa n. 101, p. 3-19, jul. 1997

DURHAM, Eunice R. **As Universidades Públicas e a Pesquisa no Brasil.** Documento de Trabalho do Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, n. 09, 1998.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968.** Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. **Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história.** REVISTA DA UFG - Tema ENSINO SUPERIOR, Órgão de divulgação da Universidade Federal de Goiás - Ano VII, No. 2, dezembro de 2005.

HISING, Ederson; GRIS, Rosangela. **Professores e Servidores da UEM encerram a greve.** O diário do norte do Paraná. Maringá, 2015. Disponível em: <<http://maringa.odiarario.com/maringa/2015/06/professores-e-servidores-da-uem-encerram-a-greve/1423238/>> Acesso: 07/11/2015

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, **PERFIL DOS MUNICÍPIOS.** Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=29

LEÃO, Hermes Silva. **Breve balanço das greves da educação do Paraná.** APP – ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO PARANÁ. Disponível em: <<http://appsindicato.org.br/index.php/breve-balanco-das-greves-da-educacao-do-parana/>>

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil.** ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf>

LUPORINI, Teresa Jussara. **ENSINO SUPERIOR NO PARANÁ: A MEMÓRIA DA REGIÃO SUDOESTE.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.31, p.52-66, SET.2008 - ISSN: 1676-2584

MARTINS, Celio. **Massacre de professores em 1988 se repete.** GAZETA DO POVO. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/certas-palavras/confronto-repete-massacre-de-professores-de-1988/>>

MIRANDA, Vanessa da Silva; SILVA, Valéria Epifânio da; CARMO, Ygor Angelim do; SOUZA, Waldemar Antonio da Rocha de; RABELO, Luiza Maria Bessa. **PANORAMA DA SATISFAÇÃO DOS ACADÊMICOS DA FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS.** Revista GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 310-331, set. 2013 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p310>>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. **Censo da educação superior 2012: resumo técnico. – Brasília :** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. 133 p. : il. ISBN 978-85-7863-35-5

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, DIVISÃO DE TEMAS EDUCACIONAIS. **Denominações das Instituições de Ensino Superior (IES).** Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html>

NETO, Francisco José da Silveira Lobo. **REFORMA DO ENSINO SUPERIOR – 1968.** Revista Eletrônica Trabalho Necessário – Documentos e Memória, ISSN:

1808-799X. Ano 6, número 7, 2008. Disponível em: <
<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN07%20LOBO%20NETO,%20F.J.S.pdf>
>

OLIVEIRA, Nivaldo; OLIVEIRA, Vânia Natal De; CARVALHO, Alexandre José De; NETO, Izonel Custódio De Carvalho. **A BIBLIOTECA CENTRAL COMO AGENTE DE SERVIÇO DE QUALIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**. XVI edição do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) 17 a 22 de outubro de 2010, São Conrado, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Renato Almeida de. **A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NA FILOSOFIA DO JOVEM MARX E SUAS IMPLICAÇÕES ANTROPOLÓGICAS**. Kínesis, Vol. II, nº 03, Abril-2010, p. 72 – 88

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In SOARES, Maria Susana Arrosa. **A Educação Superior no Brasil**. Instituto Internacional para a Educação superior na América Latina e no Caribe IESALC – UNESCO – Caracas. Porto alegre 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Fernandes, Florestan. **UNIVERSIDADE BRASILEIRA: REFORMA OU REVOLUÇÃO?**. Cadernos (Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos) Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83185>

PAIM, Glauce; SILVEIRA, Alex. **REFORMA UNIVERSITÁRIA: A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA DO GOVERNO CASTELO BRANCO A COSTA E SILVA (1964-1969)**. Cadernos FAPA– n. 2 – 2º sem. Porto Alegre, 2005.

ROSÁRIO, Cyntia Lopes do; ARAÚJO, Klayton Oliveira de; FERREIRA Nataly Nunes; MESQUITA Stephanie Caroline da Rocha; SANTOS, Raimunda Maria Rodrigues. **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária: experiências nos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Roraima**. X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Gestão e Tecnologia Para a Competitividade. Roraima. 2013

SABOURIN, Eric. **Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.23 no.66 São Paulo Feb. 2008. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000100008>>

SAVIANI, Dermeval . **A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES**. Poíesis Pedagógica - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17 Disponível em:
<www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/download/14035/8876>

SAVIANI, Dermeval. **A questão da reforma universitária**. Docência do Ensino Superior Disponível em:
<http://www.densf.xpg.com.br/a_questao_da_reforma_universitaria.doc&gws_rd=cr&ei=k7krVtmeNcOcwgTi6ZfoDA>

SINDUEPG - SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **SINDUEPG repudia atitude do governo do estado em atacar manifestantes.** Seção Sindical Dos Docentes Da Universidade Estadual De Ponta Grossa (SINDUEPG); Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior (ANDES-SN). Disponível em: <<http://sinduepg.com.br/site/?p=2824>>

SINTEEMAR – Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá. **Greve continua na UEM e servidores prometem apoiar APP e atuação do gaeco.** Disponível em: <<http://www.sinteemar.com.br/?pg=news¬i=1011>>

UNB – Universidade de Brasília. **Criação.** 2014. Disponível em: <http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/criacao> a

UEM – Universidade Estadual de Maringá – **Histórico. 2015.** Disponível em: <http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=55&Itemid=205>

UEM – universidade Estadual de Maringá - **PORTARIA Nº 017/2010-PEN.** Disponível em:<<http://www.daa.uem.br/portarias/2010/017-2010-PEN.pdf>>

UEM – Universidade Estadual de Maringá. Câmpus de Ivaiporã: inscrição para o vestibular vai até dia 14. Informativo Nº 914 ANO XX de 9 a 15/6/2010. <Disponível em: <http://www.informativo.uem.br/novo/index.php/informativos-2010-mainmenu-34/186-informativo-914>>

UEM – Universidade Estadual de Maringá. **Ivaiporã vai receber 19 servidores. – Informativo Nº 1075 ANO XXIII.** 05 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.informativo.uem.br/novo/images/stories/2014/1075/informativo-uem-1075.pdf>>

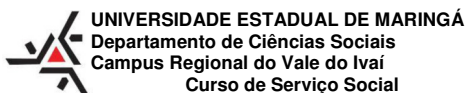
UEM – Universidade Estadual de Maringá. **UEM assina ordem de serviço para início da sede própria em Ivaiporã.** UEM na mídia (clipping). 24 de março de 2013. Disponível em: <http://www.asc.uem.br/uemnamidia/index.php?option=com_content&view=article&id=6051:uem-assina-ordem-de-servico-para-inicio-da-sede-propria-em-ivaipora&catid=25:blogs-e-outros-sites&Itemid=2>

VELHO, Ana Paula Machado. **Jornal da UEM. UEM chega a Ivaiporã com novo curso. Ano XI - nº 91 - Junho de 2010.** UEM – Universidade Estadual de Maringá Maringá, 2010. Disponível em: < <http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2010/80-jornal-91-junho-2010/624-uem-chega-a-ivaiporom-novo-curso>>

VELHO, Ana Paula Machado. UEM – **Universidade Estadual de Maringá. Jornal da UEM. Aulas começam em Ivaiporã. Ano XI - nº 93 - Junho de 2010.** Maringá, 2010. Disponível em: <<http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2010/81-jornal-93-agosto-2010/640-aulas-come-em-ivaipor>>

7. APÊNDICE

7.1 QUESTIONÁRIO DE PESQUISA AMOSTRAL



A - BLOCO SOCIOECONÔMICO				
P. 1	Curso:	1- Serv.Soc./2-Ed. Fis./3-Hist	P.2	Idade
P.3	Sexo:	1- () Masculino		2- () Feminino
P.4	Cor ou Raça:	1- () Branca		2- () Preta
		3- () Amarela		4- () Parda
		5- () Indígena		6- () Outra
P.5	Período	1- () Integral		2- () Noturno
P.6	Trabalha?	1- () Sim		2- () Não
P.7	Cidade onde reside:			
P.8	Qual seu estado civil?	1- () Casado		2- () Solteiro
		3- () União estável		4- () Outro
P.9	Qual a renda familiar mensal?	1- () Inferior a ½ salário min. - menos de R\$ 394,00		2- () ½ Salário mínimos - até R\$ 394,00
		3- () 1 salário mínimo - até R\$ 788,00		4- () 2 Salários mínimos - até R\$ 1576,00
		5- () 3 salários mínimos - Até R\$ 2364,00		6- () Superior a 3 salários mínimos - superior a R\$ 2364,00

B.1	B - PESQUISA - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL:		1- SIM 2- NÃO 98- NS/NR 99-NA
P.10	Você Sabe que na Universidade são desenvolvidas diversas Pesquisas?		
P.11	Participa de alguma pesquisa no CAMPUS DA UEM EM IVAIPORÃ ?		
P.12	Se sim, a quanto tempo? (Insira o tempo em meses)		
P.13	Qual é o tipo de projeto? (Colocar PIC, PIBIC, Inst. externas de fomento, etc...)		
P.14	Se não participa, tem vontade de participar? (Colocar NA para não se aplica)		

B.2	1-Péssimo, 2-Ruim, 3-Regular, 4-Bom, 5-Ótimo, 99-NS/NR		Nº Opção
P.15	Avalie as condições existentes para o desenvolvimento da pesquisa na UEM –		

	CAMPUS DE IVAIPORÃ;	
P.16	Importância dada por você, à pesquisa (Nota de 0 a 10);	
P.17	Avalie a relação existente entre a pesquisa e ensino na UEM – CAMPUS DE IVAIPORÃ;	
P.18	Avalie a oportunidade de INICIAÇÃO CIENTÍFICA ofertada aos alunos do seu curso;	

C.1	QUANTO A EXTENSÃO	1- SIM 2- NÃO 98- NS/NR 99-NA
P.19	No geral, você Sabe que a Universidade desenvolve projetos de Extensão Universitária?	
P.20	Você sabe se no seu curso existe algum docente que desenvolve projeto de Extensão?	
P.21	Você participa atualmente de algum projeto de Extensão?	
P.22	Você já participou de algum projeto de Extensão?	
P.23	Somando todo o período (participa + participou), quanto tempo você esteve envolvido com Extensão? (DESCREVA NO QUADRO A FRENTE EM MESES)	
P.24	Caso não esteja participando, Tem vontade de participar?	

C.2	1-Péssimo, 2-Ruim, 3-Regular, 4-Bom, 5-Ótimo, 99-NS/NR	Nº Opção
P.25	Como classifica as condições existentes para o desenvolvimento dos projetos de extensão na UEM – CAMPUS DE IVAIPORÃ;	
P.26	Avalie a cooperação entre os docentes e alunos para o desenvolvimento da extensão UEM - CAMPUS DE IVAIPORÃ;	
P.27	Importância dada por você, à pesquisa (Nota de 0 a 10);	
P.28	Avalie a relação entre a extensão e o ensino desenvolvidos na UEM – CAMPUS DE IVAIPORÃ;	
P.29	Como você classifica as oportunidades de iniciação dos alunos em projetos de extensão no curso que realiza UEM - CAMPUS DE IVAIPORÃ;	

D	1-Péssimo, 2-Ruim, 3-Regular, 4-Bom, 5-Ótimo, 99-NS/NR	Nº Opção
P.30	Como avalia em geral o curso que está realizando, USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS.	
P.31	Qualidade da estrutura curricular do seu Curso? USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS.	
P.32	Você tem conhecimento da produção científica do corpo docente do seu curso (publicações, artigos e outros): 1- SIM, 2-NÃO	
P.33	A carga horária das disciplinas são cumpridas conforme o estipulado no Programa? USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS.	
P.34	Como avalia a formação do corpo docente? USAR ESCALA ACIMA DE	

	CINCO PONTOS	
P.35	A quantidade de professores? USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS	
P.36	Os professores apresentam o programa de disciplina no início do semestre ou ano letivo, nos casos das disciplinas anuais? 1- Nunca, 2- Quase Sempre, 3- Sempre.	
P.37	A clareza dos Programas de disciplina quanto aos critérios de avaliação e cronograma de atividades USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS	
P.38	No geral, que nota, de 1 a 10, você atribui para a preparação das aulas, por parte dos professores.	
P.39	Mecanismos de atendimento e orientação acadêmica dos alunos: Monitorias USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS	
P.40	Quando teve oportunidade, fez uso da monitoria 1-Sim, 2-Não, 3-Nunca Tive	
P.41	Como você avalia as oportunidades de estágios ofertadas pelo curso USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS	
P.42	Qualidade e quantidade do acervo da biblioteca na área do seu curso; USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS	
P.43	Quando a disciplina necessita de uma estrutura além da sala de aula, essa necessidade é bem atendida? 1- SIM, 2- NÃO, 3-Até o momento nunca precisou	
P.44	Apoio à participação em eventos na área de seu curso. USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS	
P.45	Eventos promovidos pela UEM – CAMPUS DE IVAIPORÃ; USAR ESCALA ACIMA DE CINCO PONTOS	

E	QUANTO AS INSTALAÇÕES E ESTRUTURA: 1-Péssimo, 2-Ruim, 3-Regular, 4-Bom, 5-Ótimo, 99-NS/NR	Nº Opção
P.46	Atendimento Administrativo ao aluno?	
P.47	Quantidade de servidores disponíveis às diversas funções (limpeza, segurança, manutenção e administrativo);	
P.48	Você conhece o diretor do campus?	
P.49	Você sente a presença do diretor do campus?	
P.50	O apoio da administração central ao campus de Ivaiporã?	
P.51	Você conhece a estrutura administrativa da universidade: Pró reitoria, Departam. Assuntos Acadêmicos.	
P.52	Qualidade das salas de aulas do CAMPUS DE IVAIPORÃ;	
P.53	Qualidade do serviço de cantina do CAMPUS DE IVAIPORÃ;	
P.54	Qualidade das acomodações da biblioteca;	
P.55	Qualidade das áreas de convívio comuns	
P.56	Qualidade dos Sanitários;	
P.57	Condições de acessibilidade;	
P.58	Qualidade do laboratório de informática;	
P.59	Qualidade da sala de vídeo	
P.60	Estacionamento;	

Muito Obrigada pela sua colaboração.

7.2 TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada “QUALIDADE DO CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ NO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ”, sob a responsabilidade da pesquisadora **GISELE ARAÚJO**, e de seu Orientador, **PROFESSOR RAFAEL DA SILVA**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando **informações e dados importantes sobre o ensino, pesquisa, extensão e estrutura do Campus da UEM de Ivaiporã**.

Na sua participação você será submetido a um questionário de perguntas fechadas, com a finalidade de coleta de dados para fazer um levantamento da realidade do campus.

Os dados coletados irão compor um trabalho de conclusão de curso intitulado **PRECARIIDADE NO ENSINO SUPERIOR DO PARANÁ: O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, CAMPUS DE IVAIPORÃ**.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto e ganho financeiro por participar na pesquisa.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com **GISELE ARAÚJO** pelo telefone (43)96030496 ou pelo e-mail gisaaraujom@gmail.com.

Eu _____
aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Ivaiporã,..... de de 2015

Gisele Araújo

da pesquisa

Assinatura Participante